

Faculdade Canção Nova

Ana Júlia de Oliveira Constantino

**Brasil Resistência: Uma Grande Reportagem sobre a Imprensa Alternativa na
Ditadura Militar**

Cachoeira Paulista - SP
2024

Ana Júlia de Oliveira Constantino

**Brasil Resistência: Uma Grande Reportagem sobre a Imprensa Alternativa na
Ditadura Militar**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo pela Faculdade Canção Nova
sob a orientação do Prof. Dr. Henrique
Alckmin Prudente.

Cachoeira Paulista - SP
2024

ANA JÚLIA DE OLIVEIRA CONSTANTINO

**Brasil Resistência: Uma Grande Reportagem sobre
a Imprensa Alternativa na Ditadura Militar**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como exigência parcial para
obtenção do grau de bacharel em Jornalismo pela Faculdade Canção Nova
sob a orientação do Professor Dr. Henrique Alckmin Prudente.

Cachoeira Paulista, em 06 de novembro de 2024

Grau: Graduação em Jornalismo

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Alckmin Prudente – orientador
Faculdade Canção Nova

Prof. Esp. Denise Lobato Villela Claro
Faculdade Canção Nova

Profa. Me. Ioná Marina Moreira Piva Rangel
Faculdade Canção Nova

Cachoeira Paulista - SP
2024

Agradecimentos

Agradeço a mim mesma por ter coragem e força suficientes para viver essa trajetória acadêmica. Ao meu amado parceiro de vida, gratidão pelos abraços aconchegantes e por sempre estar ao meu lado.

Expresso também imensa gratidão pelos poucos e verdadeiros amigos que viveram e compartilharam esse momento comigo, vocês foram extremamente importantes. Deixo aqui registrado a menção honrosa a minha família que sempre me apoiou durante a minha jornada longe de casa.

Todos vocês foram e são fundamentais para minha formação como filha, irmã, jornalista, amiga, namorada e mulher.

Eu cheguei de muito longe
E a viagem foi tão longa
E na minha caminhada
Obstáculos na estrada mas enfim aqui estou

Mas estou envergonhado
Com as coisas que eu vi
Mas não vou ficar calado no conforto acomodado como tantos por aí

É preciso dar um jeito, meu amigo

Descansar não adianta
Quando a gente se levanta quanta coisa aconteceu

É preciso dar um jeito, meu amigo

É Preciso Dar Um Jeito, Meu Amigo - Erasmo Carlos

Resumo: o presente trabalho apresenta a importância da imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), bem como visa sintetizar os desafios enfrentados pelos comunicadores da época, que lidavam com a censura e repressão. Este governo autoritário caracterizou-se pelo controle aos meios de comunicação, tanto jornais como televisões e rádios; diante disto a imprensa alternativa contribuiu para que fossem criados espaços de contestação e resiliência. Assim, a análise apresentada auxilia na compreensão do desenvolvimento do Jornalismo no Brasil e na luta pela redemocratização, além do impacto social que essas iniciativas ainda carregam. Jornalistas descreveram os acontecimentos e angústias do período, relatando suas vivências dentro e fora das redações, bem como, especialistas ressaltaram o legado do Jornalismo de resistência.

Palavras-chave: jornais alternativos, governo ditatorial, história do Brasil, ruptura institucional, censura prévia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. OBJETIVOS.....	10
2.1 Objetivo Geral.....	10
2.2 Objetivos Específicos.....	10
3. JUSTIFICATIVA.....	11
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
4.1 Visão Geral da História do Brasil Contemporâneo.....	13
4.2 Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): Um breve histórico.....	20
4.3 Imprensa Alternativa.....	29
4.4 Direitos Humanos e as Liberdades.....	33
4.5 Grande Reportagem Impressa.....	37
5. DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	40
6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO.....	41
7. SINOPSE.....	43
8. ROTEIRO FINAL.....	44
9. ORÇAMENTO.....	46
10. PÚBLICO ALVO.....	47
11. VIABILIDADE DE PUBLICAÇÃO.....	48
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
13. REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	54
ANEXOS.....	65

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foi um período de repressão marcado pela suspensão de direitos civis, censura e perseguição a opositores. O regime civil-militar emergiu em um contexto de instabilidade política e econômica, buscando consolidar o controle através da força. Também foi um sistema governamental que violava direitos humanos, aplicando medidas como suspensão de eleições diretas, repressão da livre expressão e censura da imprensa. No entanto, um regime democrático está diretamente ligado aos direitos humanos, às liberdades individuais e à liberdade de imprensa, atuando como um sistema que garante a proteção e o respeito aos direitos fundamentais de cada indivíduo. Essas normas formam a base ética e jurídica de qualquer sociedade democrática, garantindo sua organização e manutenção, assegurando que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de participação e de expressão.

Assim, com a censura alcançando a grande imprensa, jornalistas, escritores, artistas e ativistas políticos encontraram uma forma de resistência na imprensa alternativa, desenvolvendo periódicos que ficaram marcados historicamente, como: *Movimento*, *O Pasquim* e *Opinião*. Esses veículos também proporcionaram um espaço para a discussão de ideias progressistas e de denúncia, desempenhando um papel crucial na construção de uma consciência crítica e na luta pela redemocratização do país. Dessa forma, esse recorte da história torna-se importante para entender a evolução do Jornalismo no Brasil e os desafios que ainda precisam ser enfrentados.

Os materiais desenvolvidos sobre a temática permanecem apenas no seu próprio nicho, portanto, ao observar a falta de interesse público e de conhecimento, o objetivo principal deste projeto é responder a seguinte pergunta: *Como a imprensa alternativa se desenvolveu e qual era a visão da grande imprensa diante desse movimento?* A partir da problemática apresentada, cabem percepções sobre o papel e ação do Jornalismo em menor e maior escala, bem como das influências políticas no desenvolvimento da cultura brasileira. Além disso, estudar essas iniciativas permite a melhor compreensão da atuação dos jornalistas, do papel da mídia no contexto apresentado e de como acontecia a circulação de informações durante o período.

Assim, ao investigar o desenvolvimento da imprensa alternativa, esta grande reportagem impressa contribui para uma análise mais ampla da relação entre História do Brasil e do Jornalismo, apresentando contextos políticos e sociais, destacando a importância da liberdade de expressão e o papel vital que o Jornalismo desempenha na promoção de um debate saudável e plural. Por fim, este trabalho, utilizando também do site como recurso digital, explora de maneira detalhada o papel desempenhado por esses meios de comunicação, além de apresentar suas origens e evolução, bem como, contribuições para a luta pela democracia e os desafios enfrentados. Por meio de uma análise histórica e coleta de relatos, esse estudo deve contribuir para uma compreensão mais profunda do legado da imprensa alternativa, destacando sua importância na preservação da memória histórica e na construção de uma sociedade democrática.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral: Desenvolver uma grande reportagem impressa sobre a imprensa alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

2.2 Específicos:

- Analisar o desenvolvimento da imprensa alternativa durante o regime militar;
- Apresentar exemplos de materiais jornalísticos produzidos;
- Coletar relatos de comunicadores da época e evidenciar diferentes pontos de vista.

3. JUSTIFICATIVA

A análise da Imprensa Alternativa durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil é importante para a compreensão da complexidade do período e o papel crucial desempenhado por essas publicações de resistência, na busca pela liberdade de expressão e construção da memória histórica do país. Como apresenta o presente estudo, durante o período, a censura imposta pelo regime militar restringiu severamente a mídia hegemônica, silenciando vozes dissidentes. Nesse contexto, a Imprensa Alternativa ofereceu espaços de contestação, informação crítica, denúncia e debate fora dos canais controlados pelo governo. Este estudo se explica pela necessidade de resgatar e valorizar o papel desempenhado por essas publicações, muitas vezes marginalizadas ou esquecidas pela historiografia oficial.

O presente trabalho revela a necessidade de investigar temas como as relações entre cultura e política, a formação de identidades coletivas e os processos de resistência e resiliência frente à repressão. Assim, ao analisar o conteúdo apresentado, as estratégias de circulação, os desafios enfrentados e o impacto social e político dessas iniciativas, pode-se ampliar a compreensão sobre os múltiplos aspectos da defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil. Além de ser uma forma de dar voz a um passado silenciado, resgatando histórias de segmentos sociais que ofereceram resistência e, concomitantemente, apresentando análises de especialistas. O estudo também ganha relevância ao se aproximar dos 60 anos do golpe militar, sendo que esse marco histórico nos convida a refletir sobre os eventos daquele período, mas também a revisitar as vozes e resgatar histórias, permitindo maior compreensão dos impactos na sociedade brasileira.

De forma acadêmica essas investigações contribuem para uma maior compreensão do desenvolvimento do Jornalismo brasileiro, além de permitir reflexões sobre o trabalho dos profissionais que faziam parte da imprensa na época e que atualmente debatem sobre memória, verdade e justiça. Além do impacto político e histórico, a Imprensa Alternativa trouxe uma profunda inovação jornalística, visto que com as restrições impostas pela censura, esses veículos foram obrigados a encontrar formas de driblar a repressão. O uso do humor, de ironia, de metáforas e da crítica indireta tornou-se uma marca, especialmente em publicações como *O Pasquim*. Essas publicações desenvolveram uma linguagem própria, profundamente ligada à cultura popular, atraindo um público que buscava informações. Dito isso,

compreender todos esses aspectos é uma forma de fortalecer o debate sobre a liberdade de expressão e de imprensa, bem como também lançar luz ao papel da imprensa na contemporaneidade.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Visão Geral da História do Brasil Contemporâneo

O sistema governamental anterior à Revolução de 1930 era denominado como República Velha (1889 a 1930) e marcado pela política do café com leite. Costa (2016) descreve que esse tipo de política sufocou a livre concorrência e foi usado de forma sistemática ao longo de todo período. Com a crise internacional, denominada de Grande Depressão em 1929, esse sistema foi levado às últimas consequências na tentativa de proteger os produtores de café que estavam em crise. O país dependia das exportações do grão, mas essa crise levou o Brasil a uma crise financeira que afetou profundamente as oligarquias regionais (Minas Gerais e São Paulo):

O último presidente da Primeira República no Brasil foi Washington Luís (1926-1930). No espírito da República do Café com Leite, o próximo presidente na sucessão de 1930 deveria ser necessariamente um mineiro, mas São Paulo lançou a candidatura de Júlio Prestes num sinal inequívoco de ruptura com Minas Gerais e visando defender — num período de crise e escassez — os interesses de São Paulo. Era o salve-se quem puder. (COSTA, 2016, n. p.)

As eleições de 1930 aconteceram em meio a insatisfação crescente devido à corrupção e à crise econômica. Ainda segundo Costa (2016), os mineiros lançam a candidatura de Getúlio Vargas, mas em março de 1930, Júlio Prestes vence as eleições em meio a denúncias de fraude. No entanto, em julho do mesmo ano, o candidato a vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, é assassinado na Paraíba. Em outubro, com a “renúncia” de Júlio Prestes e apoiado pelas Forças Armadas, Getúlio Vargas inicia a Revolução de 1930 e assume o Governo Provisório:

Em 3 de novembro, Getúlio Vargas tomava posse da Chefia do Governo Provisório, e a 11 de novembro era promulgado o Decreto nº 19.398, que institucionalizava os poderes discricionários deste cargo. Pelo decreto, o Chefe do Governo Provisório reunia em suas mãos as funções e atribuições não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo, o que se expressava por sua prerrogativa de elaborar decretos-leis. Ficavam dissolvidos, portanto, o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país. (FAUSTO, 2007, p. 19).

Essa mudança de governo foi rápida e incruenta, mostrando a fraqueza do regime derrubado e o forte apoio ao movimento revolucionário. Como afirma Fausto (2007) o período do Governo Provisório foi caracterizado pela explicitação e agudização do confronto político entre as duas principais forças que realizaram a Revolução de 1930, aproximando a crítica às práticas políticas da República Velha e com o objetivo da tomada de poder, tenentes e as forças oligárquicas se unem também na fase de conspirações militares liderando o movimento armado para levar Getúlio Vargas ao poder. Logo, a Constituição de 1891 também foi suspensa, mas durante o período houve fortalecimento do poder do governo federal, modernizando o país e estabelecendo instituições públicas eficazes e eficientes. Costa (2016) comenta que com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização, surge uma numerosa classe de trabalhadores urbanos. Assim, em 1931, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que foi responsável por diversas reformas sociais, incluindo a implementação de leis laborais destinadas a proteger os direitos dos trabalhadores e a promover a justiça. Além das reformas sociais, o governo federal trabalhou para reduzir a influência dos oligarcas regionais que dominaram a política brasileira durante a República Velha. O presidente da República também queria construir uma base nacional de apoio para as forças políticas da oposição, as organizações empresariais e laborais:

Esta situação excepcional deveria perdurar até que fosse eleita uma Assembléia Constituinte, que estabeleceria uma nova organização constitucional, revendo e corrigindo os males da Constituição de 1891. Desta forma, ao mesmo tempo que a Revolução instituía seus poderes discricionários, assumia um compromisso com a revisão da legislação vigente e com a reintegração da nação num regime legal, através do processo político de convocação de uma Constituinte. O Governo Provisório se definia a priori como um período passageiro, um expediente revolucionário que deveria subsistir até que os legítimos representantes da nação - os Deputados constituintes eleitos - assumissem a tarefa da construção de uma nova ordem legal. (FAUSTO, 2007, p. 19-20).

O autor (2007) aponta que, de fato, a Constituinte era uma necessidade, e o Governo a reconhecia, uma vez que o regime legal se tornava uma demanda inadiável. Era preciso enfrentar este momento político que basicamente significava a passagem ao estado de direito. Fausto (2007) caracteriza a Constituinte como sendo uma fórmula para organizar um novo regime democrático de estilo representativo, estando diretamente ligada às eleições, a organização de canais legais de

participação e expressão política da sociedade civil, respeitando assim a “vontade geral”, a vontade do corpo político da nação. “Enfim, uma Constituinte é uma assembleia eleita para organizar, com poderes soberanos, toda a vida política de uma nação. Reflete, neste sentido, um dos momentos privilegiados do exercício da liberal-democracia” (FAUSTO, 2007). Logo, em 1934, foi criada uma nova constituição que refletia algumas das ideias progressistas desenvolvidas pelo governo de Getúlio Vargas, introduzindo muitas reformas, como o sufrágio feminino e vários direitos trabalhistas, marcando um grande desenvolvimento na sociedade brasileira. No entanto, a estabilidade e as reformas não duraram muito.

O Código Eleitoral também passou por mudanças em seus procedimentos políticos, proporcionando uma ampliação da participação política. O exercício do direito de voto recebeu um aumento no quantitativo do corpo de votantes, incluindo o voto feminino, grupo que até então era marginalizado pelo “desvirtuamento” dos costumes eleitorais da nação, de acordo com Fausto (2007). Esse passo é importante para marcar a democratização do Brasil, embora o autoritarismo também seja destaque:

Na véspera, em cerimônia solene no Palácio Tiradentes, havia sido promulgada a nova Constituição da República, abrindo-se institucionalmente o período do Governo Constitucional, que vai se estender até o golpe de novembro de 1937. Tal golpe assinala a ruptura definitiva com a fase anterior, inaugurando um regime autoritário com alto grau de fechamento do sistema político. Entretanto, desde o início de 1935, quando é aprovada a primeira Lei de Segurança Nacional, a experiência liberal-democrática do país, iniciada sob a pressão social consubstanciada na Revolução de 1932, começa a sofrer impasses. A partir daí, a abertura do sistema político vai gradualmente sendo atingida pelo crescente e cada vez menos controlável poder do Executivo. (FAUSTO, 2007, p. 60).

Com a ascensão do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas discursava que essa era uma medida necessária para combater a ameaça das ideologias extremistas e para manter a segurança no país. Costa (2016) aponta que o Estado Novo representou o estreitamento da aliança entre a burguesia industrial e o governo após a grande instabilidade que, do ponto de vista dessa elite, significou, a tentativa de organização dos trabalhadores e do golpe de Estado, e a possibilidade de retorno ao poder da oligarquia do café nas eleições que se realizariam em 1938. Ainda de acordo com o autor, depois de 15 anos no poder, Getúlio Vargas havia tido tempo suficiente para consolidar sua soberania e no início da década de 1940, a sociedade

começa a pressionar o governo federal para o fim da ditadura e a volta do regime democrático, das eleições diretas e do constitucionalismo. O governo de Vargas foi caracterizado pela censura da mídia, repressão política e pelo controle de organizações não governamentais, representando um modelo de ditadura que buscava consolidar o poder do Presidente da República. Em 1943, bases sociais, como a de segurança e relações exteriores, começaram a ceder e a luta pela democracia continuou crescendo. De acordo com Fausto (2007), Getúlio Vargas não podia deixar de sentir as crescentes dificuldades que seu Estado Novo estava sofrendo e de tomar as medidas que fossem necessárias para continuar no poder, visto que até o fim de 1944 protelava as chamadas aberturas democráticas, fazendo, no máximo, vagas promessas de convocação de eleições:

Getúlio baixou um ato adicional à Constituição de 1937, em que decretava um novo código eleitoral que estabelecia eleições gerais em 2 de dezembro de 1945 para presidente da República e para a Assembleia Constituinte, que elaboraria a quinta Constituição do Brasil. (COSTA, 2016, n. p.)

Entre 1942 e 1945, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, alinhado com os Aliados - tendo como países líderes Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos - enviando tropas para lutar na Itália, logo fortaleceu sua posição no cenário global e despertou na população um sentimento nacionalista, assim como o desejo de redemocratização. Fausto (2007) analisa que a entrada do Brasil no conflito mundial estabeleceu uma visível contradição da vida política no país, uma vez que como os brasileiros iriam lutar contra a opressão e a ditadura na Europa, enquanto aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras, vivíamos uma situação semelhante, com prisões, torturas, deportações, censura à imprensa, partidos políticos proibidos etc.

Essa fase na história brasileira é marcada por manobras e contra manobras, marchas e contramarchas, segundo Fausto (2007), uma vez que o Presidente da República hesita entre a possibilidade de continuar no poder ou apoiar a candidatura de seu Ministro da Guerra, Gaspar Dutra. Com a perspectiva de marcação das eleições e o evidente enfraquecimento do regime, a oposição desconfiava que Getúlio Vargas poderia dar um golpe de última hora. Com a gradativa redemocratização do Brasil, o país buscava se afastar do Estado Novo e estabelecer uma nova ordem política:

A mudança, no entanto, não foi expressiva, já que o candidato do governo, o General Dutra, venceu a eleição. Mas como toda transição política no Brasil é complicada, mesmo essa que não produziria nenhuma ruptura foi marcada por uma tensão: antes da eleição, em novembro de 1945, um grupo pró-Vargas iniciou uma campanha para que Getúlio pudesse disputar a eleição. No auge de um jogo político complexo, Getúlio foi afastado do governo por um golpe militar no dia 21 de outubro de 1945. Um golpe militar, porém consentido, pois não houve reação alguma de Vargas, que se retirou da cena política. O golpe foi mais um arranjo provisório do que um imperativo categórico. Um estilo brasileiro de se fazer política: mudar para deixar tudo como está. Para garantir o seguimento da eleição, o poder foi entregue ao Ministro José Linhares, do Supremo Tribunal Federal (STF), até que se realizasse a eleição e Dutra — o vencedor — pudesse tomar posse. Vargas não pôde participar da eleição para presidente, mas elegeu-se senador, com votação expressiva. (COSTA, 2016, n. p.)

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) focou na reconstrução democrática e no alinhamento com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, impactando nas relações exteriores e na política interna. Fausto (2007) descreve que o Presidente da República eleito se mostrou absolutamente político e mais apegado ao seu tradicional reacionarismo, que já o caracterizava desde os tempos em que exercia o posto de Ministro da Guerra, então o crescimento do movimento de massas, em especial da luta operária e sindical, faria o Governo pender para uma solução repressiva, cujo alvo principal seria o Partido Comunista, considerado como o responsável por esta conjuntura. Ainda de acordo com o autor (2007), em maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral decide cassar o registro do Partido Comunista Brasileiro, bem como os mandatos de Vereadores, Deputados estaduais e federais e Senadores eleitos, esse período foi um sinal para o início de uma violenta onda repressiva contra o movimento operário-sindical.

Em 1950, Getúlio Vargas retorna ao país e lança sua candidatura à presidência, reacendendo os discursos que apoiavam reformas sociais e econômicas. O retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951, pelo voto direto, trouxe uma nova fase de modernização do país, Costa (2016) comenta que diversas usinas hidrelétricas foram criadas, assim como a Petrobras que fomentou ramos de pequenas indústrias que alimentariam grandes insumos derivados do petróleo, como: borracha, asfalto e tintas. Todavia, seu segundo mandato foi assombrado por crises políticas e econômicas crescentes. Em meio à crise, em julho de 1954 morre Rubens Vaz, político conhecido por seu papel como advogado e defensor dos direitos humanos. Ele foi dos líderes da Comissão de Justiça e Paz, que documentou

violações da época, sendo um dos principais defensores da anistia e da reconciliação nacional:

A morte de Rubens Vaz teve enorme repercussão, e a inquietação militar aumentou consideravelmente. Já se falava abertamente em depor Getúlio pela força e as investigações sobre o atentado conduziam cada vez mais as suspeitas para o lado do Presidente. [...] Sua situação tornava-se dia a dia mais insustentável. No dia 22 de agosto, Oficiais da Aeronáutica lançaram um manifesto pedindo a renúncia do Presidente e, no dia seguinte, foram seguidos pelos Generais do Exército. Era um novo "pronunciamento" militar, como aquele que depusera Vargas em 1945. Nas primeiras horas do dia seguinte, Getúlio reuniu seu Ministério e concordou em tirar uma "licença", mas não em renunciar em definitivo, afirmando que se tentassem depô-lo encontrariam apenas seu cadáver (FAUSTO, 2007, p. 308).

Getúlio cometeu suicídio no dia 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Morrer para ele foi uma continuação daquilo que fizera durante toda a sua vida, um ato político, segundo Fausto (2007), a reação da população prova isso, uma vez que nunca se viu uma manifestação igual de dor e revolta pela morte de um político. "A Embaixada norte-americana foi atacada; jornais oposicionistas queimados nas ruas. E, mais que isso, o legado político de Getúlio sobreviveria muito tempo após sua morte e só se interromperia em 1964, com o golpe que depôs João Goulart". (FAUSTO, 2007, p. 309). Costa (2016) analisa que o suicídio de Vargas marca o fim do período da política mais nacionalista no Brasil e o início de um projeto desenvolvimentista que lançava mão do apoio externo.

Entre 1954 e 1956, o Brasil foi governado por Café Filho, vice-presidente na época, que enfrentou desafios políticos e econômicos, incluindo a necessidade de estabilizar o país após a crise provocada pela morte de Getúlio Vargas. Fico (2015) descreve, por exemplo, que o sucessor de Vargas tentou implementar rigorosa política de saneamento financeiro, enquanto a moeda nacional se desvalorizou justamente porque o país não conseguia pagar o que devia.

Após vencer as eleições de 1955, inicia-se o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) procurando focar-se no desenvolvimento econômico por meio do ambicioso programa "Cinquenta Anos em Cinco", que visava acelerar a industrialização e culminou na construção de Brasília. Fausto (2007, p. 310) destaca que em Brasília, em 21 de abril de 1960, ocorre a mudança oficial da Capital para o

Planalto, causando uma euforia intensa na população, com desfiles, discursos e inaugurações. Para Fico (2015), apesar das crises militares e políticas, o governo de Juscelino Kubitschek transcorreu em relativa estabilidade e foi marcado pelo perfil conciliador do presidente, visto que mesmo as constantes greves operárias do período, por exemplo, não foram reprimidas com violência e, graças à intermediação do Ministério do Trabalho - conduzido pelo vice-presidente João Goulart - os acordos com os patrões foram frequentes:

O mais irônico é que os Governos de 1954 a 1964 tiveram a possibilidade de se valer de um discurso "nacionalista" para se legitimar, ao mesmo tempo em que a "satelitização" avançava: mas quando o discurso nacionalista foi levado a sério por alguns setores políticos e ameaçou tornar-se uma prática, transformou-se num obstáculo a ser destruído. (FAUSTO, 2007, p. 319).

A polarização política e social tornou-se evidente e crescente durante a presidência de João Goulart (1961-1964), que enfrentou uma crise econômica e forte oposição de setores conservadores. Fausto (2007) afirma que se pode observar a participação maciça de setores da classe média na criação de um clima político favorável à intervenção militar, visto que em 23 de março de 1964, 500 mil pessoas se manifestam em São Paulo, contra o Governo Federal e em 2 de abril de 1964, um milhão de pessoas comemoram publicamente, no Rio de Janeiro, o golpe de Estado em 1º de abril:

Note-se, desde logo, que, se o movimento político-militar de 1964 teve o apoio e a participação do conjunto da classe dominante, a tarefa específica de organização contra-revolucionária da classe média foi realizada sob a direção das frações mais arcaicas, retrógradas e conservadoras da classe dominante: a burguesia comercial e os proprietários fundiários. Essa predominância se deve ao fato de a propriedade fundiária ter constituído o alvo principal do movimento popular, bem como de ter sido, a partir de 1958, o palco de intensas lutas sociais, não só no Nordeste como também no Centro-Sul. Lembre-se, todavia, de que a burguesia comercial já havia, anteriormente, agitado a classe média, embora em função de um objetivo político distinto: a criação de um clima social favorável à restauração liberal e à destruição do intervencionismo econômico e social do Estado pós-30. Assim, a fórmula política de 1932, 1945 e 1954 se coloca, em 1964, a serviço de um objetivo político mais geral: a repressão ao movimento popular e, como condição prévia, a deposição de um Governo politicamente incapaz de conter a ascensão popular. Essa presença explica o arcaísmo dos temas de propaganda contra-revolucionária; esse arcaísmo colocou-se, entretanto, nessa conjuntura específica, a serviço do conjunto da classe dominante. (FAUSTO, 2007, p. 595).

Em conclusão, Fico (2015) afirma que o golpe não pressupunha a ditadura militar, sendo que líderes civis apoiaram a ruptura institucional esperavam por eleições em 1965, mas entre o golpe e a efetivação do regime militar houve um processo breve, que culminaria no dia 22 de julho de 1964 com a prorrogação do mandato de Castelo Branco e o adiamento da eleição de seu sucessor para outubro de 1966. O autor ainda descreve que a partir daquele momento, ficou claro que não haveria eleições presidenciais regulares e que os militares pretendiam permanecer controlando o poder por algum tempo.

4.2 Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): Um breve histórico

O Brasil estava passando por um período de instabilidade política e econômica na década de 1950. O presidente da República, Jânio Quadros, renunciou ao cargo em 1961. Após reações do Congresso Nacional e da sociedade, além de uma breve mudança para o regime parlamentarista, quando o Executivo é representado pelo primeiro-ministro, João Goulart (Jango) assumiu no mesmo ano. Fausto (2022), descreve que a situação financeira era grave, por conta da escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960 para 33,3% em 1961 e para 54,8% em 1962. Com o objetivo de enfrentar este e outros problemas, o então ministro do Planejamento, Celso Furtado, lançou o Plano Trienal, que pretendia combinar o crescimento econômico com as reformas sociais e o combate à inflação:

O plano dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Essa colaboração mais uma vez faltou. Os beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; [...]. (FAUSTO, 2022, p. 252).

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), diferentes reformas estruturais foram discutidas, como a reforma agrária, por exemplo. Assim, “é evidente que com sua política de esquerda, [...] e reformas de base, Jango provoca mais desagrado aos militares”. (FREGONEZI e PRIORI, 2017, p. 2). A partir de 1963, a radicalização das diferentes posições cresceu, de acordo com Fausto (2022). No campo, os proprietários rurais, que encaravam a reforma agrária como uma “catástrofe”, começaram a se armar. Nos meios militares cresceu a conspiração

contra o então presidente da República, fortalecida pelos partidários de uma "intervenção defensiva" contra os excessos governamentais:

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. (FAUSTO, 2022, p. 253).

Com a sociedade em processo de politização, tanto a direita, quanto a esquerda passaram a contestar as ações do governo João Goulart. Fausto (2022), aponta que em outubro de 1963 ocorreu a última grande paralisação operária em São Paulo, antes da queda presidencial, mas desvinculada de motivos estritamente políticos. A chamada "Greve dos 700 mil" durou alguns dias, abrangendo sobretudo os setores metalúrgico, químico de papel e papelão:

No início de 1964, aconselhado por seu círculo de íntimos, Jango optou por um rumo que se revelou desastroso. Ele consistia aproximadamente no seguinte. Com apoio nos dispositivos militar e sindical, o presidente deveria contornar o Congresso, começando a realizar por decreto as reformas de base. Para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos onde iria anunciando as reformas. O primeiro grande comício foi realizado em 13 de março, no Rio de Janeiro. (FAUSTO, 2022, p. 253).

Na ocasião, o presidente discursou sobre a necessidade de mudanças estruturais no país, para seu desenvolvimento e diminuição da desigualdade socioeconômica: "Há uma insatisfação da direita conservadora que se intensifica com o discurso de Jango [...] gerando o estopim para os militares". (FREGONEZI e PRIORI, 2017, p. 2).

Em resposta a esse discurso, os setores conservadores pedem a derrubada do governo em uma série de manifestações, como as chamadas "Marchas da Família com Deus pela Liberdade". Fausto (2022), explica que esse foi o primeiro ato que marcou na realidade o começo do fim do então governo. As marchas foram organizadas em São Paulo a partir das associações das senhoras católicas ligadas à Igreja. Cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade em 19 de março de 1964, em uma demonstração de que os partidários de uma ruptura institucional poderiam contar com uma significativa base social de apoio.

Em consequente, de acordo com Fausto (2022), um grave acontecimento militar ajudou a criar um clima ainda mais favorável aos conspiradores, já que nessa época a Associação dos Marinheiros estava se destacando na luta pela garantia de direitos à classe. Em 24 de março de 1964, o Ministro da Marinha, Sílvio Mota, ordenou a prisão dos dirigentes da Associação, acusados de subverter a hierarquia. O autor pontua que, apesar das negociações, o Ministro se sentiu pressionado e desprestigiado e por esse motivo, se demitiu:

O novo ministro quis acalmar os ânimos, anunciando que os revoltosos não seriam punidos. Na realidade, lançou mais lenha na fogueira: o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra da hierarquia militar. [...] Quando Jango realizou um último gesto perigoso, indo discursar no Rio em uma assembleia de sargentos, o golpe já estava em marcha. (FAUSTO, 2022, p. 254).

No dia 31 de março de 64, João Goulart é deposto com uma ruptura institucional civil-militar. Além dos militares, setores de classe média e a burguesia industrial também participaram. Fausto (2022) ainda comenta que a situação se definiu com uma rapidez inesperada, marcando então o fim da experiência democrática do período 1945-1964 e, pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, instaurando um regime autoritário:

Existiam, sim, os "golpistas", mas eles eram uma minoria, controlada pelo dispositivo militar e pela ação dos quadros inferiores. É certo que a maioria da oficialidade preferira, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional. Mas havia outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem se transformava em desordem e a desordem justificava a intervenção." (FAUSTO, 2022, p. 255).

Esse novo regime começava a modificar as instituições do país através dos Atos Institucionais (AI), que tinham por objetivo reforçar o Executivo e reduzir as ações do Congresso Nacional. Segundo Fausto (2022), o AI-1 foi baixado em 9 de abril daquele mesmo ano pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, mantendo formalmente a Constituição de 1946 com várias modificações, assim como o funcionamento do Congresso. O autor ainda pontua que em junho de 1964, o regime militar deu um passo importante no controle dos cidadãos com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) que, na prática, era um

centro de poder quase tão importante quanto o Poder Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”. Durante os primeiros anos pós-golpe, diferentes setores da sociedade que eram contra a repressão da época, se manifestaram contra a ditadura (1964-1985), realizando passeatas e manifestações. Em resposta a essas ações, os militares instituíram mais Atos Institucionais:

No dia 11 de abril de 1964 o Congresso elegeu Humberto de Alencar Castelo Branco para presidente e José Maria Alkmin para vice-presidente, que tomaram posse em 15 de abril. O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, deveria vigorar até o término do mandato de Castelo, em 15 de março de 1967. Por meio do Ato nº 2 a presidência estava autorizada novamente a suspender direitos políticos de indivíduos por dez anos, suspender o Congresso, extinguir os partidos e promover eleições indiretas. (MATTOS, 2005, p. 113).

O AI de número 3, estabelecia que o Presidente da República teria o poder de nomear prefeitos de municípios considerados áreas de segurança nacional. O Ato Institucional número 4 também aumentou os poderes do chefe do Executivo, permitindo-lhe intervir nos estados e municípios sem autorização do Congresso Nacional e decretar Estado de Sítio, que acontece quando as garantias individuais são suspensas dando ao Presidente da República poderes plenos.

Fausto (2022), ressalta que a partir desses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas. Entretanto, o sistema ainda não era inteiramente fechado, visto que existia a possibilidade de se utilizar do recurso do *habeas corpus* perante os tribunais e a imprensa ainda estava relativamente livre:

Foi sobretudo graças às denúncias do jornal carioca Correio da Manhã que o presidente Castelo Branco determinou uma investigação sobre a prática de torturas, a cargo do então chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. A investigação foi arquivada "por insuficiência de provas", mas de qualquer forma, por algum tempo, a tortura deixou de ser uma prática sistemática. (FAUSTO, 2022, p. 258).

O General Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1967. Para Fausto (2022), o mesmo não foi, no poder, um simples instrumento da linha dura, já que levou em conta as pressões sociais existentes, criando pontes com setores da oposição e incentivando a organização de sindicatos. Pode-se afirmar que esses acontecimentos atropelaram a política de liberalização restrita. O autor (2022), ainda comenta que a pena de morte nunca foi aplicada

formalmente, preferindo-se “execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem, ou como desaparecimentos misteriosos”:

A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências. Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada em junho de 1968. (FAUSTO, 2022, p. 264).

Em 13 de dezembro de 1968 foi instituído o Ato Institucional 5. Os autores Araújo, Silva e Santos (2013), descreveram esse momento como sendo, “para muitos, um ‘golpe dentro do golpe’, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder [...]”.

Considerado o mais autoritário e repressivo dos Atos Institucionais, o de número 5 estabelecia o fechamento do Congresso Nacional, suspendendo garantias constitucionais, permitindo a cassação de mandatos e direitos políticos, assim como ampliou os poderes do Executivo, incluindo a censura à imprensa e a prisão arbitrária de opositores ao regime. Mattos (2005), afirma que a reprimenda volta a ser exercida com toda a força no país e, nos dias que se seguiram, foram feitas mais de 200 prisões de jornalistas, políticos, artistas, professores e religiosos:

O AI nº 5 decretou a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos, marcando uma intensa perseguição a qualquer pessoa que os militares achassem que poderia levar a algum líder do segmento intelectual, artístico, político, estudantil ou operário desses movimentos considerados subversivos. (CRESTANI, 2011, p. 8).

Fausto (2022) explica que, a partir desse Ato, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, ou seja, em figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão, marcando um novo ciclo de cassações que abrangia muitos professores universitários. Logo, “estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo”. Para o autor, esse regime parecia “incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal”:

Até 1969, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi o órgão mais em evidência como responsável pela utilização da tortura. A

partir daquele ano surgiu em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), vinculada ao II Exército, cujo raio de ação se concentrou no eixo São Paulo-Rio. A Oban deu lugar aos DOI-CODI, siglas do Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna. Os DOI-CODI se estenderam a vários Estados e foram os principais centros de tortura do regime militar. (FAUSTO, 2022, p. 266).

Enquanto o Brasil vivia um dos seus períodos políticos mais tenebrosos, o governo alcançava êxitos na área econômica, com o reequilíbrio das contas e uma forte recuperação industrial em 1968, afirma o autor, liderada pelas indústrias automobilísticas, de produtos químicos e de material elétrico. “Em 1968 e 1969 o país cresceu em ritmo impressionante, registrando variações, respectivamente, de 11,2% e 10% do PIB (...). Começava assim o período do chamado milagre econômico”. (FAUSTO, 2022, p. 266).

No final da década de 1960 o General Emílio Garrastazu Médici assume como Presidente da República. Mattos (2005) descreve que com o Ato nº 5 em vigência, a censura volta a ser exercida com toda força no Brasil, sendo que nos dias que se seguiram, foram feitas mais de 200 prisões de jornalistas, professores, religiosos, artistas e políticos. Ainda segundo esse autor, entre 1968 e 1978, o Jornalismo brasileiro sofreu uma profunda mudança, uma vez que os profissionais começaram a resistir:

Diferentemente do que se costuma imaginar, um regime ditatorial não assegura a implantação de um estado de ordem. Sob a aparente tranquilidade, sob o ilusório controle, costumam se instaurar a deterioração institucional, a perda das garantias individuais e as atividades subterrâneas, que, no limite, afetam não apenas os adversários do regime vigente, mas a comunidade como um todo. Cedo ou tarde, todos terminam por sofrer algum efeito danoso social, político ou econômico. Foi o que se viveu nos chamados anos de chumbo, em que o movimento para os extremos produziu uma situação de prejuízo legal, agentes públicos fora de controle e violência exacerbada, que deixou feridas não cicatrizadas tempo afora. E cuja repetição deverá ser prevenida e evitada, tanto pelo próprio Brasil quanto por países vizinhos. (LIMA, 2020, n. p.).

Apesar disso, o período entre 1969 a 1973 ficou conhecido como “milagre”, que envolveu o crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. “O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%”. (FAUSTO, 2022,

p. 268). Porém o autor também (2022) pontua que esse sistema possuía pontos vulneráveis e negativos, principalmente na “excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional”. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, principalmente de automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média, mas os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, resultando na concentração de renda e aumento da dívida externa:

Outro aspecto negativo do "milagre", que perdurou depois dele, foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria notabilizar-se no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação, que medem a qualidade de vida de um povo. (FAUSTO, 2022, p. 269).

Fausto (2022), analisa também que não se pode dizer que os recursos obtidos pelos empréstimos tenham servido apenas para “engordar intermediários”, mas o maior problema resultou na utilização de recursos em projetos muito onerosos que foram mal administrados, de longo ou duvidoso retorno. Em 15 de março de 1974, Ernesto Beckmann Geisel assume o governo e inicia um processo de abertura na conjuntura política, por pressões internas e externas. Com um regime mais liberal, apesar de ainda excluir decisões de poder dos setores da oposição, ele promovia a transição e uma ditadura reformulada:

De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo. (FAUSTO, 2022, p. 270-271).

Os movimentos populares começaram novamente a lutar pelos direitos democráticos, pedindo livre expressão e manifestação política. O autor (2022), apresenta que Geisel combinava medidas liberais com as repressivas a partir de 1975, resultando assim em um confronto entre o governo e os militares de linha dura em São Paulo, capital, que ainda enxergavam subversivos por toda parte. “Continuava também a prática da tortura, seguida do ‘desaparecimento’ de várias pessoas assassinadas pela repressão”. (FAUSTO, 2022, p. 271). Então em outubro de 1975, Vladimir Herzog, diretor de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi

intimado a comparecer ao DOI-CODI, “por suspeita de ter ligações com o PCB. Herzog apresentou-se ao DOI-CODI e dali não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura seguida de morte”. (FAUSTO, 2022, p. 271). Na capital paulista esse fato causou grande indignação, principalmente da classe média e da Igreja Católica. O então presidente da República Geisel nomeou um general de sua confiança para controlar a situação e as torturas nas dependências do DOI-CODI cessaram, mas as violências na cidade não terminaram:

Apesar de o AI-5 ter sido revogado em 1978 os meios de comunicação continuaram a sofrer vários tipos de pressões, sempre visando o controle do conteúdo das informações veiculadas. Em plena época da propalada "abertura política", por exemplo, em julho de 1983 o Dentel - Órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão - lacrou os transmissores da rádio Bandeirantes de São Paulo por não ter "obedecido" a um recado telefônico, solicitando que a greve dos petroleiros paulistas não fosse divulgada. (MATTOS, 2005, p. 124).

Em meio às ações repressivas, com o objetivo de consolidar a imagem do Brasil no cenário internacional e fortalecer as relações bilaterais, em 1978 o chefe do Executivo convida o presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter para visitar o país. O interesse incluía obter apoio econômico e político dos norte-americanos, além de legitimar seu governo em um momento de transição política. Gaspari (2016) descreve que diferente de seu antecessor, Richard Nixon, defensor das ditaduras militares, Jimmy Carter empunhava a bandeira dos direitos humanos, o que entrava em conflito com a conduta do atual governo brasileiro. O presidente norte-americano aterrissou em Brasília em março de 1978 e, apesar das diferenças, não queria atritos, como afirma o autor. O Presidente Ernesto Geisel o recebeu de forma fria, visto que o mesmo se opunha ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e defendia a causa dos direitos humanos, tendo enviado a primeira-dama Rosalynn Carter em visita oficial ao Brasil. Em março de 1979, o militar João Baptista de Oliveira Figueiredo assume a Presidência da República e continua o projeto de abertura política, bem como a transição política do Brasil, de uma ditadura para o Estado Democrático de Direito. Esse processo de abertura gradativa ainda era perturbado por alguns atos de violência da linha dura:

Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha dura, ao abranger os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, ela possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas. (FAUSTO, 2022, p. 280).

No final de 1982, mais de 48 milhões de brasileiros foram às urnas para eleger de vereadores a governadores dos Estados na primeira eleição por voto direto desde 1965. Mesmo com esse avanço, a sociedade ainda queria eleições diretas para a Presidência da República, como parte do processo de redemocratização. Portanto, o movimento “Diretas Já” começou a se desenvolver entre 1983 e 1984:

Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das "diretas já" expressava, ao mesmo tempo, a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário insuficiente, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar. (FAUSTO, 2022, p. 282).

Apesar desses movimentos, as eleições diretas para presidente foram rejeitadas e isso causou uma grande frustração popular. Dito isso, em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney alcançaram a vitória no Colégio Eleitoral. “Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder”. (FAUSTO, 2022, p. 283). Neves faleceu antes de assumir o cargo e Sarney assume, marcando o início do período de transição para a democracia.

A nova Constituição de 1988 refletiu esse avanço ocorrido no país na área da extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias, incluindo também os indígenas. Apesar das ressalvas, esse documento pode ser visto como “um marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário. A abertura, iniciada pelo general Geisel em 1974, levava mais de treze anos para desembocar em um regime democrático”. (FAUSTO, 2022, p.289). Por fim, Fico (2015) analisa que o período 1945-1964 foi marcado por crises que denotavam a fragilidade institucional do Brasil naquela época, mas que os brasileiros tinham uma vida política assinalada por partidos atuantes e pela escolha do presidente da

República por meio do voto popular, direito que só voltou a ser exercido após o processo de redemocratização.

4.3 Imprensa Alternativa

A Imprensa Alternativa surgiu entre a época de mais repressão do governo autoritário, denominada de “Anos de Chumbo”, expressão designada por Lima (2020). Kucinski (1991) afirma que durante a ditadura no país (1964-1985) nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como principal característica a oposição intransigente ao regime militar. Também ficaram conhecidos como “imprensa nanica”, visto que a maioria dos jornais alternativos adotava o formato tabloide. O autor ainda comenta que a denominação “alternativa” carrega significados essenciais desse tipo de imprensa, como algo que não está ligado a políticas dominantes, uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes, a única saída para uma situação difícil e o desejo das gerações da época de protagonizar transformações sociais. Romancini e Lago (2007) comentam que a grande imprensa procura conviver, em diferentes graus de resistência, mas a alternativa, apesar de reprimida, consegue promover uma renovação no Jornalismo:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o milagre econômico, de 1968 a 1973, destoando, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 1991, p. 13).

Domingues (2015), afirma que os “jornalistas que tentassem questionar as informações oficiais perdiam suas credenciais”. Os jornais da resistência faziam de tudo para escapar da censura. Entretanto, além do AI-5, leis foram regulamentadas para consolidar ainda mais a censura desses meios de comunicação:

O controle sobre a imprensa já havia sido regulamentado pela Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, a Lei de Imprensa, que obviamente restringia a liberdade de expressão. No entanto, a situação se tornou mais crítica com a edição do AI-5, bem como com a do Decreto-Lei nº 898, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN), de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo Decreto-Lei nº 1.077. (OLIVIERI, 2014, n. p.).

Jornais de potência da época, como O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde “protestaram” à sua maneira contra os cortes da censura, os espaços em branco eram preenchidos, respectivamente, por trechos de Os Lusíadas, de Camões e receitas de culinária, inventadas pelos jornalistas, como afirmam os autores Barbosa e Pereira (2019). As redações também recebiam dos censores listas do governo militar com a serem assuntos banidos das reportagens:

Não se podia falar em meningite em plena epidemia, nem dar espaço nos noticiários a árdios defensores dos direitos humanos, como Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Hélder Câmara, num momento em que presos políticos eram torturados ou desapareciam após a prisão. (BARBOSA e PEREIRA, 2019, n. p.).

De acordo com Romancini e Lago (2007), a primeira publicação da imprensa alternativa foi a revista *Pif-Paf*, criada por Millôr Fernandes em 1964, que vendeu 40 mil exemplares de sua primeira edição. Surgiram muitos jornais pelo Brasil, como: *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Nós Mulheres*, *Coojornal*, *Lampião da Esquina* entre outros:

A circulação dessas publicações alternativas era variada, algumas eram distribuídas em escala nacional, enquanto outras apenas na cidade em que eram produzidas. [...] Para sobreviver, em geral, dependiam da venda em bancas, já que muitos não se arriscavam a assinar uma publicação eventualmente suspeita pelo regime e a publicidade era, salvo exceções, pequena. Expedientes como a arrecadação da renda de espetáculos de apoio às publicações e vendas em eventos políticos, também foram utilizados. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.142-143).

O semanário carioca *O Pasquim*, reunia jornalistas e humoristas, como: Jaguar, Ziraldo e Millôr Fernandes, “num projeto que mesclou a crítica política e de costumes com humor e novos padrões de linguagem jornalística”. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.142-143). Os autores ressaltam que esse jornal pode ter sido o mais bem sucedido, inclusive em termos de vendas, alcançando a marca de 200 mil exemplares vendidos. O sucesso estrondoso preocupou militares e grupos conservadores que associavam as publicações à subversão da ordem, de acordo com Romancini e Lago (2007).

Em conseqüente, em 1970, ainda segundo os autores o jornal começa a ser perseguido: em março, uma bomba que não chegou a explodir, foi colocada na sede

do jornal; em junho o conteúdo passou pela censura prévia e em novembro a redação do jornal foi invadida por policiais e todos os jornalistas presentes foram presos:

Logo depois que os jornalistas foram libertados da prisão arbitrária, a censura prévia a *O Pasquim* se intensificou; de outro lado, brigas internas e o espírito anti-empresarial do grupo enfraqueciam o projeto. Assim, mesmo o fim da censura, em 1975, não impediu um processo de decadência do jornal, que passara, além disso, a competir com outras publicações de teor crítico mais reflexivo. Esta primeira e mais marcante fase de *O Pasquim* terminaria no fim dos anos de 1980, quando o jornal vendia apenas três mil exemplares. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.146).

Ambos sofreram problemas com a censura e de acordo com os autores; em vista disso, as edições procuravam ser cautelosas, utilizando uma linguagem comedida, embora crítica. “Entre os jornais alternativos mais analíticos e críticos da época estiveram *Opinião e Movimento*” (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.146). Aarão e Rollemberg (2022), afirmam que a censura desempenhou um papel fundamental na implantação da ditadura, todavia ela silenciou alguns e serviu outros, que foram construindo “impérios de comunicação”. Os autores pontuam que alguns jornalistas e jornais estiveram a favor do regime, “louvando” em seus conteúdos os feitos dos militares, conquistas econômicas e a pacificação do país:

A gama de assuntos vetados eram ampla: corrupção no governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, as condições de vida dos cidadãos comuns e citações a determinados indivíduos (dom Helder Câmara, por exemplo), além da própria informação sobre a existência da censura. As publicações tentavam alertar os leitores sobre esta prática, através de mecanismos de edição. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.130).

O *Estado de São Paulo* publicou anúncios, cartas paródicas e receitas intragáveis em locais não usuais no lugar do material censurado, de acordo com Romancini e Lago (2007), mas nem sempre as táticas funcionavam, uma vez que alguns leitores reclamavam dos conteúdos:

Além da censura prévia, a outra modalidade de censura utilizada a partir de 1968 foi a impropriamente chamada “autocensura”. Ela foi bem mais geral, abrangendo a totalidade da grande imprensa e consistia no informe aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida. Cabia aos jornalistas suprimir estes temas da pauta de assuntos publicados, sob o risco de represálias. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.131).

Os autores pontuam que os informes ficaram conhecidos como “bilhetinhos”, mas também eram transmitidos por telefone ou telegrama. Em conformidade com Romancini e Lago (2007), depois de algum tempo essas notificações passaram a não ter sequer carimbos oficiais e o texto com a proibição passou a ser entregue por um policial de nível inferior, com a mensagem copiada, o jornalista tinha que assinar um documento que comprovava a ciência da censura, porém o policial ia embora com o original da proibição, e assim, provas documentais da censura não ficavam nas redações:

O expediente da "autocensura" terminaria em 1976, embora continuassem a existir veículos sob censura prévia. Por outro lado, o arbítrio continuava, pois, se não bastassem os processos de censura prévia, apreensões de jornais e a “má vontade” do regime para com os jornalistas, a imprensa sofreu outras formas de repressão, como os atentados a bomba; invasões a redações e bancas de jornal; prisões, inquéritos arbitrários e violência física contra jornalistas e pressões contra os donos das empresas, mesmo depois de 1976. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.133).

Por fim, com o passar dos anos, Domingues (2015) finaliza descrevendo que a imprensa alternativa foi sufocada pelas prisões arbitrárias, baixa nas vendas, censura e abertura política gradual. Mesmo assim, os jornais de resistência ainda representam grande parte da história de luta contra a repressão da época:

Para muitos, o golpe de misericórdia veio com a série de atentados cometidos entre janeiro de 1980 e abril de 1981. Bancas de jornais que vendiam publicações de oposição passaram a ser incendiadas nas grandes cidades brasileiras. O recado foi entendido pelos jornaleiros que deixaram de vender esses jornais, condenados, então, à falência. Do ataque indireto, a imprensa foi atingida frontalmente, em março de 1981, com a explosão e incêndio da sede da Tribuna da Imprensa, no Rio de Janeiro. O atentado foi precedido, sete meses antes, em agosto de 1980, pelo pior ataque da história da Ordem dos Advogados do Brasil: a carta-bomba endereçada ao presidente da OAB, Dr. Eduardo Seabra Fagundes, matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. Esses ataques, pelos quais ninguém foi punido, ou sequer identificado, marcaram os momentos finais do regime militar. (BARBOSA e PEREIRA, 2019, n. p.).

Kucinski (1991), escreve que é possível entender o próprio surgimento dessa imprensa como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil, estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência na história. Para concluir, Aarão e Rollemberg (2022) afirmam que homenagear a resistência de jornais e jornalistas é compreender a complexidade e as evoluções do

período, no qual a imprensa teve um lugar relevante, intermediando opinião e regime. Logo, homenagear o Jornalismo de resistência é enxergar o universo que atuaram e resistir a memória que silencia a história.

4.4 Direitos Humanos e as Liberdades

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, os Direitos Humanos são normas que asseguram e protegem a dignidade de todos os indivíduos, regulando suas interações em sociedade e com o Estado. São universais e inalienáveis, ou seja, aplicáveis a todas as pessoas em qualquer lugar e não podem ser retirados, além de indivisíveis e interdependentes, significando que todos os direitos, sejam civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais, possuem igual valor e a realização de um pode depender da realização de outros. Os governos são obrigados a respeitar as normas, visto que todos têm o direito de gozar desses direitos sem discriminação e devem participar ativamente no desenvolvimento civil, político, econômico, social e cultural. Dito isso, é preciso ressaltar que a compreensão e necessidade histórica dos direitos humanos está no entendimento de que eles só foram estabelecidos após grandes violências:

Em um contexto ocidental, a busca e defesa dos direitos humanos sempre surgiram em terreno de lutas físicas e simbólicas, e tais direitos muitas vezes foram pensados somente no decorrer de acontecimentos trágicos, fruto de extrema violência, como na Segunda Guerra Mundial, que resultou na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, para que assim fossem estabelecidas ações conjuntas entre os Estados para promoção e garantia da paz. Foi a partir de então que surgiu a preocupação no sentido de elaboração de uma Declaração de Direitos que definisse as diretrizes para reorganização dos Estados. Assim, no dia 10 de dezembro de 1948, tal documento foi aprovado, recebendo o nome de Declaração Universal dos Direitos do Homem. (ALMEIDA e SOUZA, 2021, p.25).

No exercício de democratizar informações acessíveis a todos e informar com ética, o Jornalismo está diretamente ligado a esses pilares fundamentais de sociedades democráticas. Almeida e Souza (2021) pontuam que é papel relevante da imprensa na luta contra regimes ditatoriais violentos e na denúncia de violências cometidas é reconhecido, visto que a atividade jornalística se apresenta como “sentinela” e protagonista do controle social para a não violação dos direitos humanos:

Em diversas situações, é a partir do momento em que a mídia lança luz sobre os direitos humanos violados ou escassez de políticas públicas que a população passa a cobrar do Estado a garantia da cidadania. (ALMEIDA e SOUZA, 2021, p.24).

Entre 1964 e 1985 a liberdade de expressão foi severamente afetada, visto que o regime militar impôs uma censura rigorosa sobre todos os meios de comunicação. Esta repressão não apenas limitou o fluxo de informações verdadeiras para o público, mas também desencadeou um clima de medo que inibiu a liberdade criativa e intelectual. A Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ (1948), no artigo 19, garante a liberdade de opinião e de expressão, incluindo o direito de procurar, receber e transmitir informações por qualquer meio e sem fronteiras. Molinaro e Sarlet (2012) apontam que o poder de expressar os pensamentos por palavras e ações tem imediata ressonância social, ocupando de modo arbitrário a esfera do outro, assim, em casos de divergência ou convergência de opiniões e manifestações, a “liberdade não ‘pertence’ somente ao indivíduo, mas se produz coletivamente”:

Observamos as empresas jornalísticas arvorarem-se como donas da verdade. Quando surge um protesto contra uma notícia, não raras vezes baseada em boatos, no “ouvir falar”, o jornal assume uma confortável posição de vítima, atacada enquanto no exercício do direito de liberdade de expressão. É bem verdade que nem todo conteúdo está sujeito à liberdade de imprensa, como, por exemplo, a comunicação de inverdades ou situações em que esteja em perigo o próprio regime democrático, como a divulgação de ideias preconceituosas ou de incentivo à violência. (BARBOSA e PEREIRA, 2019, n. p.).

Por conseguinte, a liberdade de imprensa tornou-se uma extensão da liberdade de expressão, desempenhando um papel crucial na supervisão das ações governamentais e na promoção da transparência. Ela decorre do direito de informação e trata-se da possibilidade de o cidadão criar ou ter acesso a diferentes dados sem a interferência do Estado, seja em notícias, livros ou jornais. De qualquer forma, durante o regime militar esse direito foi restringido:

A tradição brasileira de se criarem códigos legislativos próprios para regular, ou mesmo cercear, a liberdade de imprensa manteve-se viva por meio da Lei n.º 5.250, de 09/02/67, a Lei de Informação ou de Imprensa, que foi afastada do ordenamento jurídico somente em 06/11/2009. [...] Com a não recepção da Lei de Imprensa pelo

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Supremo Tribunal Federal em 2009, não mais subsistem os tipos penais específicos antes previstos. (BARBOSA e PEREIRA, 2019, n. p.).

Apelidada também de *Lei de Censura à Imprensa*, a nº 5.250² foi assinada pelo Marechal Castelo Branco, com o objetivo de conter o avanço das críticas ao autoritarismo vigente. Pinheiro (2014) afirma que se entende por censura o controle exercido pelo Poder Público das informações, manifestações, ideias e pensamentos que circulam na sociedade. Ainda pontua que sua prática acarreta na perseguição política dos que desejam exercer sua liberdade de expressão e se mostra incompatível com qualquer sociedade democrática. O artigo 1º desta Lei - que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, conforme a própria ementa - descreve que também é livre “a procura, o recebimento e a difusão de ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”. No segundo artigo desta Lei apresenta-se que é livre a publicação e circulação, em território nacional, de jornais, livros e outros periódicos, exceto clandestinos ou materiais que atendem contra a moral e os bons costumes. Em tese, os princípios da lei violavam a liberdade de expressão, tornando-se, assim, uma das principais evidências sobre a censura prévia e institucionalizada aos periódicos da grande imprensa e imprensa alternativa.

Nos primeiros anos da ditadura, o censor era uma presença constante nas redações dos principais jornais do país. Com o regime já estabelecido, a censura tornou-se menos ostensiva, mas continuou presente. Em vez do censor ir às redações para censurar o material noticioso proibido pelo regime militar, o jornal é que enviava os textos da edição a ser publicada. Feitos os cortes das matérias consideradas prejudiciais ao regime, cabia aos jornalistas preencher os espaços em branco com outras notícias. (BARBOSA e PEREIRA, 2019, n. p.).

Com a instituição do AI-5, bem como com a da Lei de Segurança Nacional³ em 1969, a situação tornou-se ainda mais crítica. Esse impedimento ultrapassou o Jornalismo, atingindo também filmes, programas de televisão, peças de teatro e

² Lei Federal nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 publicada no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 1967 e posteriormente retificada em 10 de março de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm#:~:text=LEI%20No%205.250%2C%20DE%209%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201967.&text=Regula%20a%20liberdade%20de%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20do%20pensamento%20e%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 nov. 2024.

³ Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Publicado no Diário Oficial da União em 29 de setembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm. Acesso em: 13 nov. 2024.

músicas. De forma velada, os artistas encontraram na arte uma forma de resistência, alguns foram exilados e outros usaram de metáforas para se expressarem. Neste período, a música popular brasileira se tornou um dos principais canais de denúncia de violências cometidas:

Chico Buarque, um dos mais ilustres artistas militantes, compôs a música “Cálice”, que faz uma alusão metafórica ao Santo Cálice de Cristo e a uma passagem bíblica (Pai, afasta de mim esse cálice, de vinho tinto de sangue). [...] identifica-se a denúncia de um regime de opressão e de violência exacerbada. Em outro refrão: [...] o cantor faz uma referência às pessoas que enfrentavam o poder instituído e eram presas e sequestradas durante a noite pelos agentes da repressão. Em 1970, ao retornar ao Brasil após um ano de autoexílio, Chico Buarque escreve a música “Apesar de você”, onde disfarça sua crítica à ditadura cantando uma briga de namorados. A música começa com a mensagem “Amanhã vai ser outro dia”, aumentando o tom a cada repetição, como se fosse um grito de esperança dos brasileiros por dias melhores. (PINHEIRO, 2014, p. 40-41)

Apesar de findada a ditadura e a ação do censor nas redações ter se tornado inconstitucional, traços da censura política ainda sobrevivem em alguns meios de comunicação. Barbosa e Pereira (2019) descrevem que a censura ainda se mantém viva e afeta a imprensa de duas formas: pela ação da censura judicial, autorizada por um juiz, e também econômica, onde o que define o conteúdo a ser divulgado é o interesse de anunciantes e proprietários dos veículos de comunicação. A maioria desses casos acontecem em jornais pequenos de cidades do interior, por exemplo, visto que recebem apoio financeiro de empresas locais e assim, precisam atender os interesses das mesmas:

Ser livre é um imenso desafio, o maior de todos. A liberdade não é apenas uma letra. Ela só existe se for exercida de fato, por meio da visão crítica, do rigor, da objetividade, na obstinação por tornar públicas as informações que o poder preferiria ocultar. A liberdade floresce mais no conflito que no conagraçamento, tanto que alguns a confundem com a mera falta de educação - o que também é uma forma de rebaixá-la. De um modo ou de outro, por um caminho ou por outro, ela precisa ser explícita, ostensiva mesmo, pois disso depende a confiabilidade, a credibilidade e a autoridade da imprensa. (BUCCI, 2008, p. 122).

Para concluir, pode-se analisar que o Jornalismo tem um papel essencial na proteção dos direitos humanos, denunciando abusos e contando histórias do dia-a-dia por meio de reportagens, matérias e outros mecanismos. Os textos são pensados para que possam cobrar ações do poder público e manter a sociedade informada.

Durante o Regime Militar (1964-1985) essas reportagens contribuíram para o debate e a formação da memória coletiva.

4.5 Grande Reportagem Impressa

A grande reportagem impressa é um dos pilares do Jornalismo de profundidade, destacando-se pela sua capacidade de explorar temas complexos com minúcia e contexto. Bahia (2009) descreve que a reportagem é uma espécie de notícia, que por ter as suas próprias regras alcança um valor especial, se esgotando apenas no desdobramento, na pormenorização e no amplo dos fatos:

A reportagem está na essência do jornalismo - tal como a notícia em si mesma - porque no jornalismo são as versões que contam. É fundamental ouvir todas as versões de um fato, para que a verdade apurada não seja apenas a verdade que se pensa que é, e sim a verdade que se demonstra e, tanto quanto possível, se comprova. (BAHIA, 2009, p. 62).

Portanto sua estrutura é geralmente extensa e complexa, composta por múltiplas seções que podem incluir entrevistas, análises de dados, relatos de experiências e perspectivas diversas. A organização das matérias, geralmente, segue o modelo de pirâmide invertida, em ordem decrescente de importância do assunto, mas no caso da reportagem cronológica, de acordo com Bahia (2009), o acontecimento é narrado de forma sequencial, se ajustando as histórias de interesse humano, em que o princípio e a conclusão lógica são fundamentais para a compreensão, assim tem como base uma narração simples, com começo, meio e fim:

Na sua estrutura, a reportagem não se limita a uma notícia, mas a várias notícias. Ela pode ser meramente exaustiva ou excessivamente exaustiva na exploração de todas as disponibilidades de um acontecimento. Ela pode mergulhar num mar de assuntos cinzentos e escuros, para, obstinadamente, trazer à luz uma visão incisiva e crítica que facilite um julgamento. Ela pode reunir tantos indícios e inconsistências que permitam um conhecimento adequado das coisas. (BAHIA, 2009, p. 63).

Para Lage (2012) o material jornalístico se caracteriza, em tese, pela sua atualidade, universalidade, periodicidade e difusão, mas o que mais o identifica é a estrutura retórica em torno de pontos de interesse jornalístico. No caso de produtos jornalísticos impressos, Bahia (2009) pontua que a forma que conhecemos esse

material hoje, dilata e aprofunda a natureza social, visto que embora tenha perdido seu monopólio e espaço visual, se integra a era eletrônica e torna-se tão atuante como no seu passado mais fecundo. Além do conteúdo, o formato impresso da grande reportagem proporciona uma experiência de leitura que permite ao público absorver a informação com calma e refletir sobre as implicações.

Os repórteres são responsáveis por realizar essa pesquisa minuciosa e aprofundar em um assunto específico, utilizando uma variedade de fontes primárias e secundárias para construir uma narrativa coesa e abrangente:

A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode [...]. (LAGE, 2012, p. 16-17).

De forma geral, para o autor, o repórter além de traduzir, deve confrontar as diferentes perspectivas e selecionar os fatos e versões que permitam ao leitor orientar-se diante da realidade. Lage (2012) afirma ainda que boas pautas dão origem a matérias que devem sair com destaque e, supostamente, acrescentam ao currículo do repórter. As pautas em reportagens precisam ser programadas a partir de fatos geradores de interesse e deve-se ir além de acompanhar os desdobramentos, mas também investigar e interpretar, explorando as implicações e antecedentes:

É claro que o êxito de uma pauta depende essencialmente de quem a executa. O trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto. Como qualquer projeto de pesquisa, envolve imaginação, insight: a partir dos dados e indicações contidos na pauta, a busca do ângulo (às vezes apenas sugerido ou nem isso) que permita revelar uma realidade, a descoberta de aspectos das coisas que podem passar despercebidos. (LAGE, 2012, p. 35)

Após desenvolvimento da pauta, é necessária a realização da entrevista, nesse momento Bahia (2009) aponta que o jornalista deve estar preparado, conhecer sobre o assunto abordado, saber perguntar e ter senso suficiente para conduzir o diálogo nos limites do interesse humano. “Quanto mais seja capaz de se ajustar à situação da entrevista, o repórter tem maiores possibilidades de obter as informações que busca”. (BAHIA, 2009, p. 72):

O jornalismo é um discurso datado: cada texto parte de um contínuo

que reflete o conflito entre os interesses de quem manda e as preocupações e angústias de quem obedece, em cada campo de relações da sociedade: governo e povo, médicos e pacientes, escolas e estudantes etc. (LAGE, 2012, p. 35).

Em conclusão, esse formato de reportagem é uma manifestação do compromisso com a verdade e com a compreensão profunda e das condições que moldam os acontecimentos. Bahia (2009) aponta que o Jornalismo se revitaliza com a reportagem ao mesmo tempo que projeta em importância a notícia, sendo que a reportagem impõe ao Jornalismo um avanço, à medida que só se realiza com a multiplicidade de versões, ângulos e indagações. Em um tempo de mudanças rápidas e informações instantâneas, ela serve como um lembrete da importância da reflexão cuidadosa e da análise crítica. Fernandes (2002) ainda analisa que o Jornalismo é um espaço público central que mostra diferentes aspectos da sociedade e proporciona um entendimento geral do que ocorre nas inúmeras esferas sociais, podendo considerar o Jornalismo como algo que contribui para organizar os acontecimentos contemporâneos, dando-lhes alguma coerência.

5. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso “Brasil Resistência: Uma Grande Reportagem sobre a Imprensa Alternativa na Ditadura Militar”, apresenta relatos sobre o trabalho nas redações de jornais alternativos e da grande imprensa, bem como análises de especialistas. Compõem a grande reportagem impressa os seguintes entrevistados: jornalistas que atuaram na área durante a ditadura, historiador, sociólogo e pesquisadores. A estrutura é composta por um breve histórico do conflito, apresentando aspectos sociais e políticos, seguido da contextualização e apresentação da imprensa alternativa, com relatos de profissionais, assim como análises sobre a grande imprensa. Para compor este material impresso foi desenvolvido um infográfico para ilustrar os estudos relacionados aos regimes militares pelo mundo, assim como boxes para mais informações e páginas únicas personalizadas conforme o assunto.

A diagramação foi desenvolvida por um profissional da área, no tamanho A5, com todas as referências extraídas de jornais impressos como: *Correio Braziliense*, *Estadão*, *Folha de S. Paulo* entre outros, sendo que no processo de análise de similares foram definidas as cores: vermelho, preto, cinza e branco, com o objetivo de diferenciar o material. A estrutura do boneco, conteúdo textual e planejamento foram cedidos pela Autora. Para ilustrar a grande reportagem, foram utilizadas capas de jornais e fotos retiradas de acervos oficiais disponíveis, como: Arquivo Nacional, Centro Sérgio Buarque de Holanda: Documentação e Memória Política (CSBH), Instituto Moreira Salles (IMS), Instituto Vladimir Herzog, entre outros. Pretende-se realizar a impressão do produto final em papel Couché Brilho 115g, com o miolo finalizado com grampos. A diagramação foi desenvolvida por Amanda Castro, no tamanho A5, com uma média de 28 páginas.

6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO

6.1 Pré-produção

O tema do presente projeto foi escolhido por apresentar um recorte da complexidade do período e permitir que a partir de uma análise e apresentação dos fatos seja possível compreender o papel desempenhado pela imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil para a construção da memória histórica. Diante disso, ressalta-se a atuação do jornalismo na busca pela liberdade de expressão e na defesa pelos direitos humanos. O primeiro passo ocorreu em janeiro, quando as pesquisas bibliográficas e documentais começaram para escolha e delimitação do tema. No primeiro semestre de 2024, as aulas de Metodologia da Pesquisa II ajudaram a encaminhar o projeto e delimitar ainda mais o foco do projeto, sendo desenvolvidos problema, recorte, produto etc. Durante esse período, com a escrita do relatório para defesa do pré-projeto, foram estudados artigos, livros e leis para construção do texto acadêmico. Inicialmente, a partir das pesquisas, foi escolhido como produto o livro-reportagem, para aprofundar o tema e desdobrar diferentes aspectos da época, valorizando a memória histórica brasileira através da comunicação e informação. No mês de junho aconteceu a banca referente a defesa do projeto de TCC, estando presentes os professores: Dr. Henrique Alckmin Prudente, Me. Marcius Tadeu Maciel Nahur, Me. Raphael Leal de Oliveira Sanches e a Dra. Karla Alves Magalhães de Oliveira, como mediadora. Após apontamentos e orientações, o pré-projeto foi aprovado e assim pode-se dar prosseguimento às etapas de produção.

5.2 Produção

As orientações começaram no dia sete de agosto com o Prof. Dr. Henrique Alckmin Prudente. Os primeiros passos foram reformular o referencial teórico e adaptar o produto para o conteúdo, visto que inicialmente o material seria um livro-reportagem, mas após análises e alinhamento de objetivos na reunião de orientação, foi decidido que a grande reportagem impressa atenderia de forma mais satisfatória. A correção dos apontamentos feitos pela banca no mês de junho também foi realizada neste mês, assim como a escolha das fontes, personagens e produção das pautas.

Esse material passou por correção do orientador e, paralelamente, foi pensado em desenvolver uma plataforma digital que complementasse o trabalho impresso. O mês de setembro iniciou-se com a realização das entrevistas por telefone e com a continuação da escrita do relatório. Em meio aos desafios, alinhar horários e agendas dos entrevistados foi um deles, bem como a decupagem. No dia 23 de outubro aconteceu a pré-banca com a presença do Coordenador do Curso de Jornalismo e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Me. Raphael Leal de Oliveira Sanches e do orientador Prof. Dr. Henrique Alckmin Prudente. Foi apresentado o andamento e estruturação do projeto, assim também foram sugeridas mudanças no relatório para aprimorar a escrita acadêmica. Com todo material colhido, a escrita da grande reportagem teve seu início e finalização em outubro, sendo que a revisão do orientador aconteceu na primeira semana de novembro. Em paralelo à escrita da reportagem, foram desenvolvidos os conteúdos textuais como boxes, infográfico e também para o site, apresentação, entrevistas, sinopses etc. Ainda em novembro, ocorreu a separação de fotos, filmes, conteúdo extra e outros elementos para compor a diagramação e a plataforma digital, assim como a montagem do boneco, com referências de jornais e livros.

6.3 Pós-produção

Realizadas as mudanças solicitadas no relatório final, como planejado, em novembro coube finalizar a correção dos textos para a plataforma digital e para o material impresso. Em paralelo, a diagramação e a montagem do site também iniciaram, com prazo de entrega para o dia 25 de novembro, prazo estipulado pela autora. O relatório foi finalizado na metade do mês e até a data de entrega para a coordenação, dia 02/12, houve a conferência das normas da ABNT.

7. SINOPSE

“*Brasil Resistência*” é uma grande reportagem que mergulha na força e coragem de jornalistas que atuaram na imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil. Em tempos de censura e repressão, esses veículos emergiram como símbolos de resistência, rompendo o silêncio e denunciando violações de direitos humanos através da defesa da liberdade de expressão e do humor. O trabalho revela histórias de jornalistas que desafiaram o autoritarismo e traz especialistas que analisam um panorama vibrante do impacto cultural, político e jornalístico dessas publicações na construção da memória brasileira.

8. ROTEIRO FINAL

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL/LIBERDADE DE EXPRESSÃO
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>DIEGO AMARO Cargo: Mestre em História Social, professor, pesquisador Contato: (12) 98117-0577</p> <p>LAURINDO LEAL FILHO Cargo: Sociólogo, professor e jornalista Contato: (11) 99608-8487</p> <p>LEDA BECK Cargo: Jornalista, fazia freelancer para jornais alternativos Contato: (11) 98346-0215</p> <p>MÁRCIO PINHEIRO Cargo: Jornalista, escritor, editor, gestor cultural. Autor de Rato de Redação, Sig e a história do Pasquim, semifinalista do Prêmio Jabuti 2023 Contato: marciopin@gmail.com/ (51) 9806-8336</p> <p>MARTHA ALENCAR Cargo: Jornalista, trabalhou no jornal <i>O Globo</i> e trabalhou na redação de <i>O Pasquim</i> Contato: (21) 99923-5764</p> <p>PAULO ZOCCHI Cargo: Jornalista, Vice-presidente FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) Contato: (11) 98858-9739/ zocchi@uol.com.br</p> <p>RONALD SCLAVI Cargo: Professor universitário, “especialista” sobre Vladimir Herzog Contato: (11) 96629-7207</p> <p>SÉRGIO GOMES Cargo: Jornalista, fundador do jornal <i>Oboré</i>, participou do movimento estudantil, integrante do Instituto Vladimir Herzog Contato: (21) 98446-1784</p>	
GANCHO	
<ul style="list-style-type: none">• Contextualizar os acontecimentos do período, trazendo especialistas e o relato de profissionais que vivenciaram o desenvolvimento da ditadura;• Trazer o relato de jornalistas que trabalharam em jornais da imprensa alternativa e da grande imprensa, analisando o cenário de forma geral;• Abordar como a censura e outros mecanismos do regime afetaram os direitos humanos e a liberdade de expressão, destacando a importância do jornalismo de resistência.	

RESUMO

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) usou de diferentes ferramentas para reprimir e censurar meios de comunicação como os Atos Institucionais e Leis. Nesse contexto, a Imprensa Alternativa descobriu, através do humor e das metáforas, uma forma de denunciar, informar criticamente e debater a política. Alguns exemplos são: *Brasil Mulher*, *Movimento*, *O Pasquim*, *Opinião*, *O Inimigo do Rei*, entre outros.

Diferentes jornalistas trabalharam nas redações desses periódicos, escrevendo textos, diagramando ou ilustrando. Com uma linguagem própria, ligada à cultura popular, os alternativos buscavam fortalecer o debate sobre liberdade de expressão e denunciar casos de violação dos direitos humanos. Sob censura, os jornais alternativos sofriam também com o baixo investimento, fazendo com que muitos deles não conseguissem se manter por muito tempo. Apesar disso, o impacto social e político desses materiais para o desenvolvimento do Jornalismo no Brasil foi significativo.

SUGESTÕES DE PERGUNTAS

Definido em cada pauta individual.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA GRANDE REPORTAGEM

Estruturar a matéria da seguinte forma:

- I) Contextualização da época
Situação atual da ditadura e imprensa
Historiador/Sociólogo para complementar
 - Infográfico sobre as ditaduras mundiais
 - Fotos de destaque do período
- II) Imprensa Alternativa
Jornalistas que trabalharam na área
Sociólogo para falar sobre o impacto desses periódicos
 - Capas de periódicos alternativos
- III) Grande Imprensa
Citar os jornais “potência” da época
Especialistas em comunicação e história do jornalismo no Brasil para explicar sobre o comportamento da mídia hegemônica naquela época e o comportamento popular
Visão geral sobre a imprensa alternativa
 - Capas de jornais da grande imprensa, fazendo uma “comparação”
- IV) Finalização
Sociólogo/Historiador finalizando desenvolvendo o questionamento: “o que a imprensa alternativa significou para aquela época e qual o seu legado?”
 - QR Code

Box: inclusão de informações que complementam o assunto abordado.

9. ORÇAMENTO

ITENS	QUANTIDADE	VALOR
Encadernação do Relatório	4	R\$83,00
Diagramação do Produto	-	R\$400,00
Impressão do Produto	25	R\$739,00
Pen drive Card Personalizado	2	R\$ 66,91
Brindes Banca	3	R\$ 94,77
Total: 1.383,68		

10. PÚBLICO ALVO

O público-alvo da grande reportagem impressa “Brasil Resistência: Uma Grande Reportagem sobre a Imprensa Alternativa na Ditadura Militar” é constituído por: estudantes de Comunicação, historiadores, jornalistas, professores que atuam no Ensino Superior, pesquisadores que estudam o tema e interessados em História do Brasil, Ditadura Militar e História do Jornalismo.

11. VIABILIDADE DE PUBLICAÇÃO

A veiculação do produto apresentado pode acontecer em revistas, como *Carta Capital*, *Época* e *Piauí*, bem como em jornais com cadernos ligados à cultura ou História do Brasil como *Correio Braziliense* e *O Globo*. Com a ampliação da reportagem para a plataforma de conteúdo digital, também é possível alcançar instituições ligadas ao tema, como o Instituto Vladimir Herzog. Pretende-se submeter o produto final a participar do 6º Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, realizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com intermédio da Direção-Geral do Arquivo Nacional, além de enviar uma cópia da grande reportagem a cada entrevistado que contribuiu com a formação deste produto profissional.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso realizado abordou o recorte de um período que durou 21 anos (1964-1985) e faz parte da história brasileira, apesar do pouco interesse do público de forma geral. A grande reportagem impressa permite um aprofundamento do tema escolhido, que é de grande relevância para a memória histórica e para a sociedade. Dessa forma, o projeto desenvolveu um panorama geral sobre a imprensa alternativa e a visão da imprensa hegemônica quanto a esses periódicos, ressaltando que ambos os veículos de informação sofriam censura. Também foi possível refletir sobre o impacto desse período na construção do jornalismo e na consolidação da democracia do país. A repressão instaurada pelo regime militar (1964-1985) resultou na censura massiva e no silenciamento da oposição. Neste contexto a imprensa alternativa assumiu um papel fundamental na denúncia das violações de direitos humanos, sendo que, como reforçado pelos profissionais entrevistados, esses periódicos foram essenciais para que histórias de tortura, desaparecimentos forçados e injustiças chegassem à população. Ao mesmo tempo é necessário destacar a ambiguidade da atuação da grande imprensa durante o período, uma vez que enquanto algumas empresas jornalísticas formaram laços estreitos com o regime, outras enfrentaram desafios ao tentarem reportar violações e fazer críticas.

A pergunta que deu norte para esse trabalho foi: Como a imprensa alternativa se desenvolveu e qual era a visão da grande imprensa diante desse movimento? Pode-se perceber que o Jornalismo a favor dos direitos humanos começou a se desenvolver a partir do descontentamento de uma oposição silenciada, mas principalmente das violações dos sobreditos direitos. É importante ressaltar que ao longo do desenvolvimento do presente trabalho se percebeu a falta de interesse, de conhecimento e de entendimento pelo público, visto que o assunto pode ser interpretado unicamente por viés partidário ou ideológico. Dessa forma, espera-se que esse produto experimental possa trazer ainda mais relevância para o tema e inspirar debates. O objetivo geral proposto, desenvolver uma grande reportagem impressa sobre a imprensa alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), foi cumprido através do percurso de desenvolvimento do produto experimental com capas de jornais e fotos da época, retiradas de acervos oficiais, assim como entrevistas com especialistas e jornalistas. O vermelho escuro, preto, bege, branco e

cinza foram as cores escolhidas para a diagramação do projeto, com o objetivo de fugir da obviedade das cores amarelo e verde. Pensando também na viabilidade desse produto, foi desenvolvido um site com conteúdos extras, como entrevista ping pong, indicações de filmes e música, fotos dos entrevistados e infográfico para complementar o conteúdo impresso. Quanto aos objetivos específicos, no exercício das técnicas jornalísticas e acadêmicas, como pesquisa, produção de texto, entrevista entre outros, foi possível analisar o desenvolvimento dos jornais alternativos durante o regime militar (1964-1985), apresentando os principais periódicos, assim como exibir exemplos de materiais jornalísticos com as capas dos jornais alternativos e também coletar histórias de comunicadores que atuaram na época, evidenciando diferentes pontos de vista. Por este motivo foram entrevistados jornalistas que trabalharam também na grande imprensa.

Diante de todo esse cenário, foram encontradas algumas dificuldades além da falta de interesse do público, como encontrar fontes dispostas a conceder entrevista, alinhamento de agendas com os entrevistados, sinal de telefone que poderia apresentar interferência e decupagem das entrevistas. No entanto a relevância social e histórica do tema foram pontos fortes para a realização do projeto, sendo um tema de grande interesse da autora.

Por fim, destaca-se a importância do jornalismo e do produto jornalístico para a manutenção da memória social e histórica do Brasil, ampliando pontos de vista e apresentando diferentes histórias, sendo o jornalista um profissional responsável pela disseminação de informações com neutralidade e veracidade, dando voz ao povo e aos direitos humanos. Este projeto, ao buscar interligar imprensa, direitos humanos e liberdade de expressão, busca não apenas resgatar o papel histórico do jornalismo de resistência durante a ditadura militar (1964-1985), mas também fomentar debates sobre os desafios e responsabilidades da comunicação no fortalecimento da democracia contemporânea.

13. REFERÊNCIAS

AARÃO, Daniel; ROLLEMBERG Denise. **Censura nos meios de comunicação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/censura-nos-meios-de-comunicacao>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida; SOUZA, Lynara Ojeda de. **Reflexões sobre a importância dos direitos humanos e jornalismo na atualidade**. Reconhecimento e transformações contemporâneas, v. 18, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/77462/48118>. Acesso em: 10 set. 2024.

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (org.). **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, imagem e testemunho**. Ponteio, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar_-_versao-final.pdf. Acesso em: 2 dez. 2023.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, Jornal e Técnica: as técnicas do jornalismo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. v. 2.

BARBOSA, Sílvio Henrique Vieira; PEREIRA, Luiz Henrique de Castro. **Imprensa e Censura**. Editora Appris, 2019.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Marcos. **A História do Brasil para quem tem pressa: Dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas**. Editora Valentina. 2016. Disponível em: <https://www.caesp.com.br/libwww/colegios/uploads/uploadsMateriais/17082022152735A%20Hist%C3%B3ria%20do%20Brasil%20para%20quem%20tem%20Pressa>

%20-%20Marcos%20Costa.%20Baixe%20no%20Blog%20do%20Wesley%20Boypd f.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

CRESTANI, L. de A. **O surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 18 mar. 2024.

DOMINGUES, Viviane. **Liberdade de expressão desde a Ditadura até os dias de hoje**. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/liberdade-de-expressao-desde-a-ditadura-ate-os-dias-de-hoje/190259558>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2022.

FAUSTO, Boris. **História Geral Da Civilização Brasileira - Tomo III : O Brasil Republicano Vol. 10 - Sociedade e Política (1930-1964)**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Adélia Barroso Fernandes. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público**. Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA. 2002. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153525028078401893023837407457382637395.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

FREGONEZI, Rute Maria Cham e PRIORI, Angelo. **A Ditadura Militar no Brasil: Golpe, repressão e tortura**. 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3897.pdf>. Acesso em: 25. mar 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Editora Intrínseca. 2016

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários - Nos tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LIMA, Luiz Octavio de. **Anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang. **Liberdade de Expressão!** [Superando os limites do “politicamente (in)correto”]. Revista da AJURIS, v. 39, n. 126. Junho 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11330/2/Liberdade_de_expressao_Superando_os_limites_do_politicamente_in_correto.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

OLIVIERI, Antonio Carlos Olivieri. **Censura - O regime militar e a liberdade de expressão**. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/censura-o-regime-militar-e-a-liberdade-de-expressao.htm>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PINHEIRO, Amanda Lima Gomes. **Apesar de Você: A arte como forma de liberdade de expressão durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. Revista Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 64, p. 27 - 47, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2014v64p25>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

APÊNDICES

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL/LIBERDADE DE EXPRESSÃO
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
DIEGO AMARO Descrição: Mestre em História Social, professor, pesquisador Contato: (12) 98117-0577 Data da entrevista: 30/09/2024 Horário da entrevista: - Local: Envio de áudio	
GANCHO	
Discorrer sobre o período e apresentar fatos históricos, além da análise social naquele momento.	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none">- De forma objetiva, como foi o desenvolvimento da Ditadura no Brasil?- Por que há essa discussão de golpe militar e golpe cívico militar?- Como a censura se desenvolveu ao longo dos anos? A liberdade de imprensa/expressão foi afetada? <p>Regional</p> <ul style="list-style-type: none">- No Vale e em outras regiões do interior do Brasil, como a ditadura se apresentava?- A imprensa regional também sofria com a censura? Como ela se desenvolveu ao longo dos anos?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>LAURINDO LEAL FILHO Descrição: Sociólogo, professor e jornalista Contato: (11) 99608-8487 Data da entrevista: 05/09/2024 Horário da entrevista: 18h30 Local: ligação de telefone</p>	
GANCHO	
<p>Apresentar sua análise como profissional e especialista em comunicação, discorrendo sobre liberdade de imprensa e expressão, além dos impactos da imprensa alternativa</p>	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Qual o impacto da imprensa alternativa para a época? - Como a grande imprensa via e analisava o desenvolvimento dos jornais alternativos? - Como as leis de liberdade de expressão/imprensa foram afetadas na época?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>LEDA BECK Descrição: Jornalista, fazia freelancer para jornais alternativos Contato: (11) 98346-0215 Data da entrevista: 30/08/2024 Horário da entrevista: 18h30 Local: ligação de telefone</p>	
GANCHO	
<p>Relatar a sua experiência como jornalista na imprensa alternativa e a visão que tinha do externo dessa realidade, já que trabalhava também em outro local na época.</p>	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Como foi para a senhora, enquanto jornalista, observar o avanço da Ditadura? - Como era a sua rotina na época? - Com que frequência a senhora finalizava as matérias para os jornais alternativos? - Para a senhora como foi viver nesse período de censura?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>MÁRCIO PINHEIRO Descrição: Jornalista, escritor, editor, gestor cultural. Autor de Rato de Redação, Sig e a história do Pasquim, semifinalista do Prêmio Jabuti 2023 Contato: marciopin@gmail.com/ (51) 9806-8336 Data da entrevista: 16/09/2024 Horário da entrevista: - Local: Envio de respostas por email</p>	
GANCHO	
<p>Apresentar uma análise sobre a influência do Pasquim na época, bem como as consequências para o jornalismo atual advinda do período ditatorial.</p>	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Como você analisa a atuação dos jornais alternativos durante aquela época? - O Pasquim foi um dos mais populares, como foi o seu desenvolvimento até o findar? - Qual a sua análise da censura da imprensa naquela época? - Atualmente, pode-se observar influências no jornalismo brasileiro que vieram do período ditatorial?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>MARTHA ALENCAR Descrição: Jornalista, trabalhou no jornal <i>O Globo</i> e trabalhou na redação de <i>O Pasquim</i> Contato: (21) 99923-5764 Data da entrevista: 16/09/2024 Horário da entrevista: 11h Local: ligação de telefone</p>	
GANCHO	
Relatar a sua experiência como jornalista na imprensa alternativa e a sua análise sobre a importância dos periódicos para o período.	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Como foi para você, como jornalista, observar o avanço da Ditadura? - Como era a sua rotina na época? Trabalhar em jornais alternativos exigia um cuidado? - Para você, como foi viver nesse período de censura? - Quais os episódios mais marcantes trabalhando em <i>O Pasquim</i>?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL/LIBERDADE DE EXPRESSÃO
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>PAULO ZOCCHI Descrição: Jornalista, Vice-presidente FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) Contato: (11) 98858-9739/ zocchi@uol.com.br Data da entrevista: 21/10/2024 Horário da entrevista: 17h Local: ligação de telefone</p>	
GANCHO	
<p>Analisar sobre o desenvolvimento do jornalismo brasileiro, bem como de jornais alternativos, estudantis e sindicais, apresentando também seu ponto de vista sobre o cenário atual.</p>	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Como o jornalismo brasileiro se desenvolveu ao longo dos anos? - Como censura, em menor e maior grau, influenciava a veiculação de eventos importantes? - Ao longo dos anos, jornais estudantis e sindicalistas surgiram, ao que se deve seu desenvolvimento? - Na sua análise, qual o legado que os jornalistas de resistência deixaram para a sociedade e atualmente, o senhor acredita que houve uma reparação histórica diante das violências vividas na ditadura?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>RONALD SCLAVI Descrição: Professor universitário, “especialista” sobre Vladimir Herzog Contato: (11) 96629-7207 Data da entrevista: 13/09/2024 Horário da entrevista: - Local: envio de áudio</p>	
GANCHO	
Apresentar o estudo sobre Vladimir Herzog, jornalista, professor e dramaturgo brasileiro, conhecido como um símbolo da luta contra a ditadura militar brasileira	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Quais foram os principais marcos na carreira de Vladimir Herzog como jornalista e ativista? - Quais foram as circunstâncias que levaram à prisão e morte de Vladimir Herzog? - Como o caso de Vladimir Herzog influenciou a opinião pública e a oposição ao regime militar? - Qual é o legado de Vladimir Herzog para o jornalismo e para a luta pelos direitos humanos no Brasil?

JORNALISMO	CLASSIFICAÇÃO: HISTÓRIA NACIONAL/LIBERDADE DE EXPRESSÃO
REPÓRTER: ANA JÚLIA CONSTANTINO	TEMA CENTRAL: IMPRENSA ALTERNATIVA/ DITADURA/ BRASIL
TÍTULO: IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
DADOS DE REFERÊNCIAS DAS FONTES	
<p>SÉRGIO GOMES Descrição: Jornalista, fundador do jornal <i>Oboré</i>, participou do movimento estudantil, integrante do Instituto Vladimir Herzog Contato: (21) 98446-1784 Data da entrevista: 24/07/2024 Horário da entrevista: 20h Local: ligação de telefone</p>	
GANCHO	
Trazer a visão como estudante de jornalismo sobre aquela época, sua análise como personagem e especialista daquele período e seus desdobramentos.	

SUGESTÕES DE PERGUNTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Como foi o seu início como estudante de jornalismo e como jornalista naquela época? - Qual a sua análise da imprensa alternativa? - O senhor conhecia o Herzog? Qual a sua experiência ao lado dele? - Como foi o processo de abertura e enfraquecimento da Ditadura, conseqüentemente o retorno da liberdade de imprensa?

COLAGENS
JORNAIS



CAPA 2

COLAGEM FOTOS
(seguiu padrão capa)

EXPEDIENTE

①

CAPA JORNAL
ou

COLAGENS
CAPAS DE JORNAIS

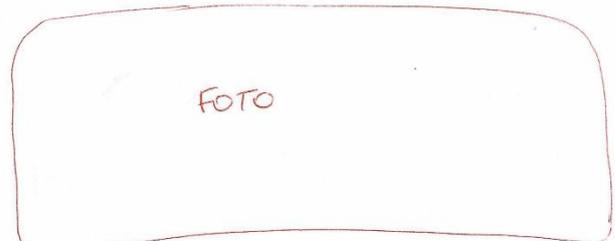
_____ NOME PRINCIPAL _____

_____ SUBTÍTULO _____

_____ ANA JÚLIA CONSTANTINO _____

CAPA 1

TÍTULO

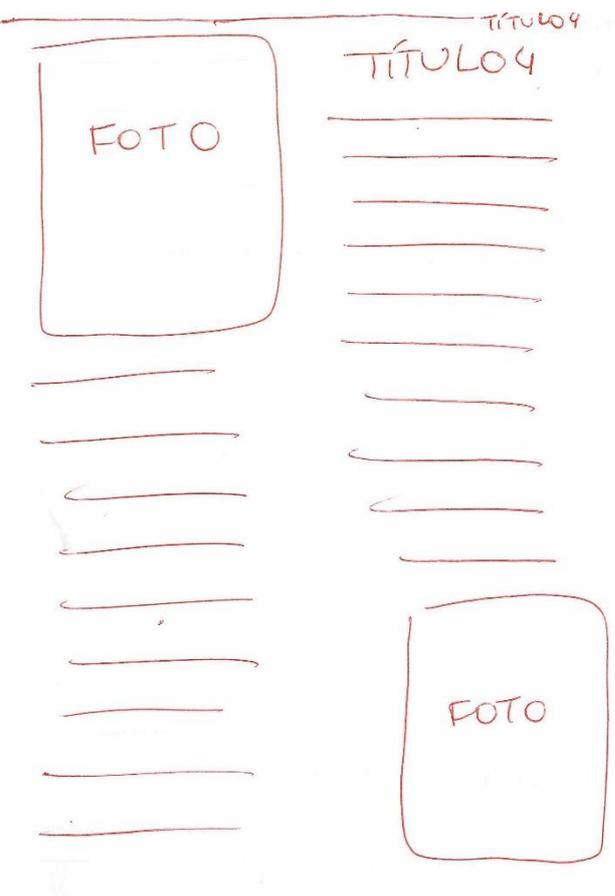
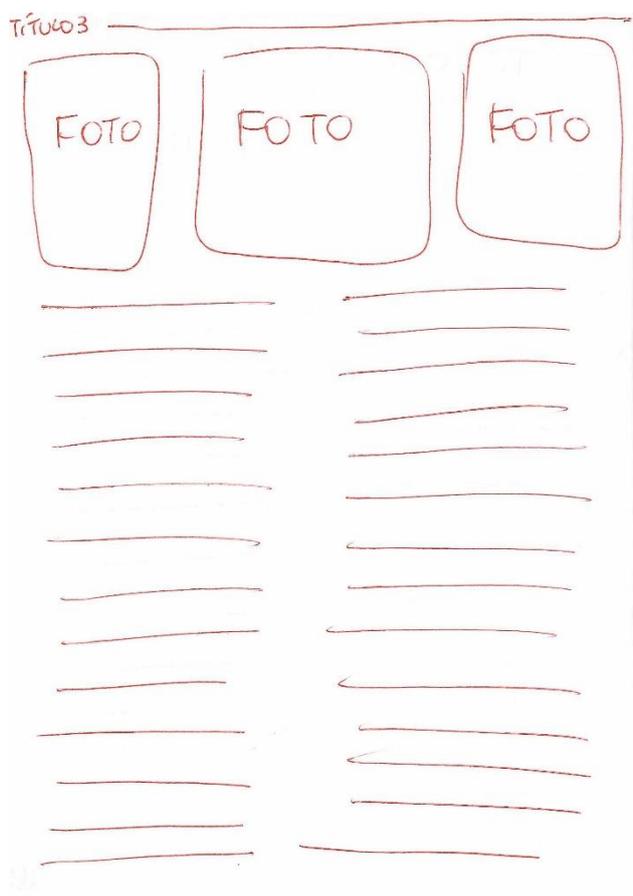
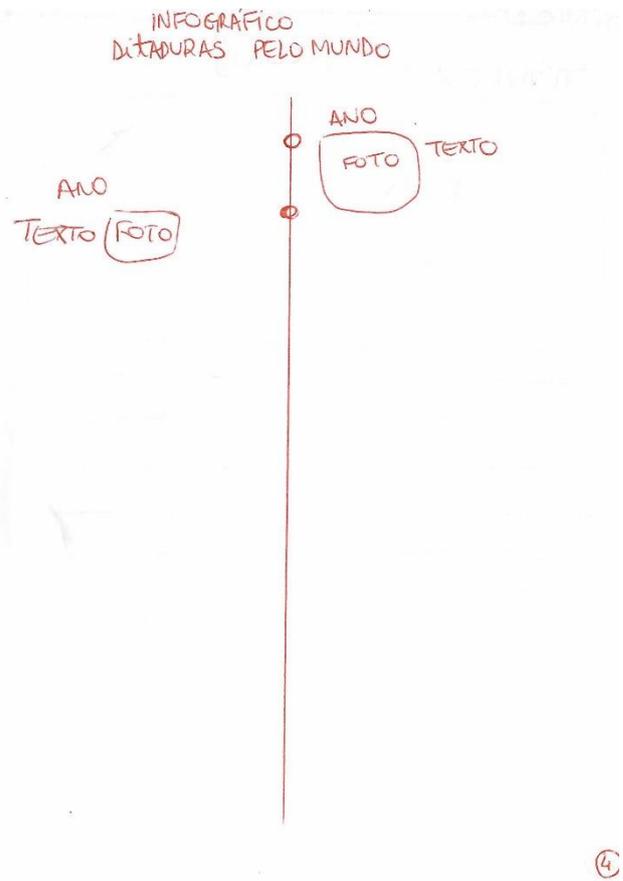


fonte:

OLHO

[ou |

②



ANEXOS



Formando Homens Novos para o Mundo Novo

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: Diego Amaro de Almeida

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Solteiro

Profissão: Historiador e Professor Universitário

RG nº: 43.570.741 - 3

CPF nº: 120.103.997 - 57

Residente e domiciliado:

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma "ao vivo" ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Rua Carlos Pinto Filho, Vila Cacarro - Cachoeira Paulista - SP - 12.630-000
Telefone: (12) 3186-2441 | 3186-2600
E-mail: faleconosco@fcn.edu.br

fcn.edu.br     /faculdadecn

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irrevogável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Cachoeira Paulista ,30 de setembro de 2024.

 Documento assinado digitalmente
DIEGO AMARO DE ALMEIDA
Data: 30/09/2024 14:53:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Diego Amaro de Almeida

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: Laurindo Leal Filho

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado

Profissão: Professor universitário aposentado

RG n°: 3207300-8

CPF n°: 045.289.998-20

Residente e domiciliado: Rua Agariba, 224 – São Paulo, SP

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/n°, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma “ao vivo” ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irretratável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Cachoeira Paulista , 8 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 LAURINDO LEAL FILHO
Data: 08/10/2024 11:21:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Laurindo Leal Filho

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: Leda M M Dias Beck

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Viúva

Profissão: Jornalista e Tradutora

RG n°: 5.901.034-4

CPF n°: 643.034.548-34

Residente e domiciliado: Rua Baronesa de Itu, 615, ap. 24 - São Paulo, SP 01231-001

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/n°, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma "ao vivo" ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irretratável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Cachoeira Paulista , 30 de setembro de 2024.



Leda M M Dias Beck

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: MARTHA ALENCAR CARVANA

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Viúva

Profissão: Jornalista e produtora de audiovisual

RG n°: 01.420.110-7

CPF n°: 334.638.677-53

Residente e domiciliado: Rua Professor Manuel Ferreira 89 apt 811

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/n°, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma "ao vivo" ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irrevogável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Cachoeira Paulista , DIA de MÊS de 2024.

MARTHA ALENCAR CARVANA



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 05 de November de 2024,
10:40:08



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ - FACULDADE CANÇÃO NOVA MARTHA pdf

Código do documento 27547d45-b1c4-4fe3-a30f-ef70bda5471d



Assinaturas



MARTHA ALENCAR CARVANA
marthaalencarc@gmail.com
Assinou como Emissor, Endossante e Avalista

MARTHA ALENCAR CARVANA

Eventos do documento

05 Nov 2024, 10:37:28

Documento 27547d45-b1c4-4fe3-a30f-ef70bda5471d **criado** por JULIO ALENCAR CARVANA DE HOLLANDA (fef321af-ec68-4ed2-800b-3e3e584192d4). Email:julioarvana@gmail.com. - DATE_ATOM: 2024-11-05T10:37:28-03:00

05 Nov 2024, 10:37:51

Assinaturas **iniciadas** por JULIO ALENCAR CARVANA DE HOLLANDA (fef321af-ec68-4ed2-800b-3e3e584192d4). Email: julioarvana@gmail.com. - DATE_ATOM: 2024-11-05T10:37:51-03:00

05 Nov 2024, 10:39:47

MARTHA ALENCAR CARVANA **Assinou como Emissor, Endossante e Avalista** - Email: marthaalencarc@gmail.com - IP: 179.218.11.16 (b3da0b10.virtua.com.br porta: 4684) - **Geolocalização: -22.9766139 -43.2284942** - Documento de identificação informado: 334.638.677-53 - DATE_ATOM: 2024-11-05T10:39:47-03:00

Hash do documento original

(SHA256):133df389490fa81074f4ce4a7b754619cb8bf2c326b261d56d1025cb47cb1a4d
(SHA512):2771b10419c50a01e640882f829cd1697557a39b5b7c610727a6ad07e16a49bccf12178c898e50241b87d6465f18a68ea3e20eaf8949b5894f41e66ed60d9d4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: **PAULO LEITE MORAES ZOCCHI**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Estado Civil: **CASADO**

Profissão: **JORNALISTA**

RG nº: **7.642.068-1**

CPF nº: **074.264.478-20**

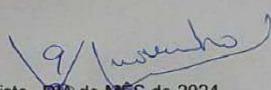
Residente e domiciliado: **RUA DR. JOSÉ ELIAS, 277, APTO 21A**

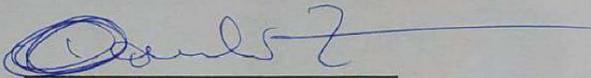
Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/nº, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas as ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma "ao vivo" ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irrevogável e irretroativo, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.


Cachoeira Paulista, 19 de Junho de 2024.



Nome Completo

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: Ronald Sclavi

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Divorciado

Profissão: Jornalista

RG n°: 21466288-3

CPF n°: 143839128-50

Residente e domiciliado: Rua Duarte de Azevedo, 279 ap 1

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/n°, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma “ao vivo” ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irretratável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Cachoeira Paulista , 22 de outubro de 2024.



Ronald Sclavi

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ - FACULDADE CANÇÃO NOVA Ronald Sclavi.pdf

Documento número #69d0c546-cc92-4792-bad8-0c153a11c3a2

Hash do documento original (SHA256): b904049c1fdee6da84daae483fa0b186eda04a7da2bc3193b57394664daccb8c

Assinaturas



Ronald Sclavi

CPF: 143.839.128-50

Assinou em 22 out 2024 às 10:46:02

Ronald Sclavi

Log

- 22 out 2024, 10:36:00 Operador com email rsclavi@gmail.com na Conta 9115714a-c6d1-4046-816c-826f9eca9cf6 criou este documento número 69d0c546-cc92-4792-bad8-0c153a11c3a2. Data limite para assinatura do documento: 21 de novembro de 2024 (10:35). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 out 2024, 10:38:39 Operador com email rsclavi@gmail.com na Conta 9115714a-c6d1-4046-816c-826f9eca9cf6 adicionou à Lista de Assinatura: rsclavi@gmail.com para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ronald Sclavi e CPF 143.839.128-50.
- 22 out 2024, 10:46:02 Ronald Sclavi assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail rsclavi@gmail.com. CPF informado: 143.839.128-50. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 8efe02(...), vide anexo blob. IP: 200.173.48.177. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.49549549549549 e longitude -46.6417783603139. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1028.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 22 out 2024, 10:46:02 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 69d0c546-cc92-4792-bad8-0c153a11c3a2.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 69d0c546-cc92-4792-bad8-0c153a11c3a2, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Ronald Sclavi

Assinou o documento em 22 out 2024 às 10:46:02

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 8efe02(...)



Ronald Sclavi

blob

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: SERGIO GOMES DA SILVA

Nacionalidade: BRASILEIRO

Estado Civil: DIVORCIADO

Profissão: JORNALISTA

RG n°: 4.108.671-5

CPF n°: 767045488-15

Residente e domiciliado: RUA GEÓRGIA, 444 – BROOKLIN, SÃO PAULO

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/n°, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma “ao vivo” ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irrevogável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Cachoeira Paulista , 30 de setembro de 2024



Autorizante: SERGIO GOMES DA SILVA

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem e voz e termo de responsabilidade,

Nome: Márcio Lontra Pinheiro

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: União estável

Profissão: Jornalista

RG n°: 4004937597

CPF n°: 631131800-82

Residente e domiciliado: Rua General Tadeusz Kosciuszko, 130/103

Autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 50.016.039/0001-75, situada na Rua João Paulo II, s/n°, Alto da Bela Vista, Cachoeira Paulista/SP, o uso de sua imagem/voz, em decorrência da participação em fotografias e/ou nas gravações de vídeos produzidos para o projeto abaixo relacionado:

IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (TCC)

O presente instrumento particular de autorização é celebrado a título gratuito, restando autorizado que as fotografias/gravações e demais formas de manifestações, fotografadas ou gravadas, em áudio ou vídeo, bem como trechos ou partes destes sejam transmitidos pelo Sistema Canção Nova de Comunicação ou por meio de veículos de comunicação e divulgação diversos. O Autorizante autoriza que seja utilizada a sua imagem e voz em quaisquer suportes ou modalidades de utilização (TV, WEBTV, IPTV, SMS, Mobile, ringtones internet com todas suas ferramentas e tecnologia existentes e nas mídias sociais utilizadas Fundação João Paulo II, tais como Youtube, Facebook, Twitter, Podcast, Gente de Fé, dentre outras) por todo território nacional e internacional, no todo ou em parte, de forma "ao vivo" ou gravada, podendo a reexibição se dar a qualquer tempo, conforme interesse da Fundação João Paulo II ou das emissoras/ empresas afiliadas ou coligadas. A FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II está autorizada, gratuita e exclusivamente, a fixar o todo ou parte, do conteúdo de sua participação, acima mencionada, em CDs, DVDs, CDs-ROM, Mds, Ringtones, Mobile, SMS, arquivos digitais e em quaisquer outras plataformas ou modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, podendo a autorizada divulgar, distribuir e comercializar tais fixações, sem que qualquer retribuição pecuniária seja devida ao Autorizante.

Autoriza-se, pois, que a Fundação João Paulo II, mediante observância da lei 13.709/2018 - LGPD, utilize, além dos testemunhos eventualmente colhidos, os dados pessoais concernentes à divulgação de imagem, voz, nome e pseudônimo do Autorizante para fins publicitários, bem como para demais fins congruentes com o presente termo. O presente instrumento particular de Autorização é celebrado em caráter definitivo, irretratável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente instrumento.

Porto Alegre, 27 de novembro de 2024.

Márcio Lontra Pinheiro
Autorizante